

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

João Daniel Luchini

**Território, cidadania e políticas públicas: a luta dos posseiros do Figueira Branca**

ARARAQUARA-SP

2016

João Daniel Luchini

**Território, cidadania e políticas públicas: a luta dos posseiros do Figueira Branca**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

**Orientado:** João Daniel Luchini

**Orientadora:** Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA-SP

2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

L97t Luchini, João Daniel

Território, cidadania e políticas públicas: a luta dos posseiros do Figueira Branca/ João Daniel Luchini. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

126f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

1. Posseiros 2. Reconhecimento social. 3. Políticas públicas. 4. PRONAF. 5. Cidadania. I. Título.

CDU 504.03



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *João Daniel Luchini*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval  
UFSCAR - Lagoa do Sino

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida  
UNIARA - Araraquara

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante  
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 24 de abril de 2017.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, que sempre me incentivaram nos estudos, apoiando minhas decisões.

À minha amada, Aline Mayumi Sueishi, parceira de todas as horas, inclusive nos estudos, ao longo desses dois anos de pesquisa.

À professora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, orientadora, pelo seu jeito especial em tratar o aluno, com carinho, mostrando os caminhos de forma inspiradora.

Ao companheiro Osvaldo Aly Júnior, pela ajuda na construção desta dissertação, por demonstrar os erros e acertos de maneira que modificaram, positivamente, os rumos da pesquisa.

Aos meus colegas do Banco do Brasil, da agência Praça Pirajuí e Pirajuí, pela compreensão e apoio nas minhas ausências durante o período de aulas.

Aos posseiros do Figueira Branca, por compartilharem suas histórias comigo, por me acolherem em seus lotes durante as entrevistas e idas ao Figueira, sempre com muito bom humor.

## RESUMO

Esta dissertação faz uma leitura, que se propõe diferenciada, da questão agrária brasileira e da agricultura familiar, partindo do processo de modernização da agricultura da década de 1960 e de seus contrapontos, enfatizando os principais fatores históricos que contribuíram para a questão na atualidade. O enfoque do trabalho está na questão agrária da região oeste do Estado de São Paulo, nas lutas pela posse da terra dos posseiros e arrendatários das décadas de 50 e 60 do século XX e nas consequências do uso pela terra, que incluiu a intensificação do uso do crédito rural para aquisição de máquinas e insumos agrícolas financiados por meio do SNCR. Como consequência da modernização esteve o acirramento na disputa pela terra, incluindo o êxodo rural e aumento da concentração da terra, o surgimento de movimento de trabalhadores rurais sem terra que reivindicavam condições e medidas para uma reforma agrária e modernização agrícola semelhantes dos grandes agricultores. As questões legais após a abertura democrática, a intensificação dos movimentos de trabalhadores rurais e o interesse acadêmico contribuíram para o maior interesse da sociedade civil e do governo em ampliar políticas que pudessem desenvolver a chamada agricultura familiar. Como consequência, o Decreto 1.946 de 28 de Junho de 1996 reconhece a agricultura familiar como categoria econômica e promove a primeira política pública voltada aos agricultores familiares, o PRONAF. Este reconhecimento institucional da categoria abre espaço para outras políticas públicas e discussão em torno do seu desenvolvimento. Partindo da construção histórica da agricultura familiar e dos elementos institucionais do seu reconhecimento social, o objetivo deste trabalho está na descrição do processo de reconhecimento social dos posseiros do Figueira Branca em Pirajuí-SP, através do envolvimento com outros agricultores, associativismo, formação de território, acesso a serviços públicos e o acesso ao PRONAF, como principal fator de reconhecimento institucional, e outras políticas de comercialização, como PAA, PNAE e PPAIS, focando nos atores envolvidos, processos históricos e conquista de cidadania. Discutir os meios de produção e estratégias de comercialização, impactos e possíveis alterações após o reconhecimento e acesso às políticas públicas, descrevendo benefícios e entraves.

**Palavras-chave:** posseiros; reconhecimento social, políticas públicas, PRONAF e cidadania.

## ABSTRACT

This dissertation makes a different interpretation of the Brazilian agrarian question and of family agriculture, starting from the process of agricultural modernization of the 1960s and its counterpoints, emphasizing the main historical factors that contributed to the current issue. The focus of the work is on the agrarian question of the western region of the State of São Paulo, on the land tenure struggles of squatters and tenants in the 50s and 60s of the twentieth century and on the consequences of land use, which included intensification of use. Of rural credit for the acquisition of machinery and agricultural inputs financed through SNCR. As a consequence of the modernization was the fierce competition for the land, including the rural exodus and increased concentration of the land, the emergence of landless rural workers who demanded conditions and measures for a similar agrarian reform and agricultural modernization of the farmers. Legal issues following democratic openness, intensification of rural workers' movements and academic interest have contributed to the greater interest of civil society and government in expanding policies that could develop so-called family farming. As a consequence, Decree 1,946 of June 28, 1996 recognizes family farming as an economic category and promotes the first public policy aimed at family farmers, PRONAF. This institutional recognition of the category opens space for other public policies and discussion around its development. Based on the historical construction of family farming and the institutional elements of its social recognition, the objective of this work is to describe the process of social recognition of Figueira Branca squatters in Pirajuí-SP, through involvement with other farmers, associations, territorial formation, Access to public services and through access to PRONAF, as the main factor of institutional recognition, and other marketing policies, such as PAA, PNAE and PPAIS, focusing on the actors involved, historical processes and achievement of citizenship. Discuss the means of production and marketing strategies, impacts and possible changes after the recognition and access to public policies, describing benefits and barriers.

**Keywords:** squatters; Social recognition, public policies, PRONAF and citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Estado de São Paulo com realce para a localização de Pirajuí.....	56
Figura 2 – Vista aérea do Figueira Branca.....	58
Figura 3 – Casa do lote 1.....	68
Figura 4 – Lago usado para irrigação da produção.....	84
Figura 5 – Tanque para resfriamento do leite.....	78
Figura 6 – Criação de frango no lote 5.....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores liberados pelo PRONAF.....	45
Gráfico 2 – Contratos liberados pelo PRONAF.....	46
Gráfico 3 – Distribuição regional dos recursos do PRONAF 2011/2012.....	47
Gráfico 4 – Distribuição da população por idade e sexo.....	70
Gráfico 5 – Produção comercializável dos lotes.....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelos e características da DAP.....	44
Quadro 2 – Quadro síntese dos autores sobre PRONAF.....	53
Quadro 3 – Bens de produção dos posseiros e origem dos recursos para aquisição.....	76
Quadro 4 – Divisão da origem da renda por lote.....	81
Quadro 5 – Porcentagem da renda agropecuária dos meios de comercialização.....	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ASPRAVI	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Vitória de Pirajuí
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEAS	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EFR	Empreendimento Familiar Rural
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo de Financiamento do Centro-Oeste
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste Agrícola
FNO	Fundos Constitucionais do Norte
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGU	Orçamento Geral da União
PAA	Programa Nacional de Alimentos
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB	Partido Comunista do Brasil
PGPAF	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIS	Programa de Integração Social
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNPB	Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSA	Política Nacional de Segurança Alimentar
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Sistemas Agroflorestais
SAF-MDA Agrário	Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Seaf	Seguro da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFPR	Unidade Familiar de Produção Rural

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Metodologia</b> .....	13
<b>1 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO</b> .....	18
1.1 Agricultura familiar: conceitos e histórico.....	18
1.2 Políticas Públicas e Agricultura Familiar.....	27
<b>2 PRÁTICAS PRODUTIVAS E PRONAF</b> .....	32
2.1 Meios de produção, políticas de crédito e resiliência da Agricultura Familiar.....	32
2.2 PRONAF: histórico e conceitos.....	35
2.3 PRONAF: Perspectivas e bloqueios.....	48
<b>3 RESULTADOS: espaço e trama dos sujeitos sociais</b> .....	56
3.1 Trajetória social e Território.....	56
3.2 Cidadania, estrutura e produção.....	66
3.3 PRONAF e reconhecimento social.....	74
3.4 Técnicas produtivas, renda e políticas públicas de comercialização.....	79
3.5 Considerações finais.....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>ANEXO 1</b> .....	100
<b>ANEXO 2</b> .....	102
<b>ANEXO 3</b> .....	122

## INTRODUÇÃO

Na década de 1960, houve um incentivo à modernização da agricultura brasileira chamada de “Revolução Verde”, período classificado por Furtado (1992) como modernização conservadora, pelos avanços no que diz respeito à eficiência de produtividade e, conseqüentemente, ganhos financeiros, porém com a manutenção da estrutura social através da concentração de terras e de renda. No período houve intenso movimento de êxodo rural dos agricultores familiares, disputas por terras motivadas pela expansão da fronteira agrícola, principalmente pela ação de grileiros em conflito com posseiros e arrendatários.

A ação corroborou para a intensificação dos movimentos de trabalhadores rurais e agitação política, abrangendo diversas categorias de trabalhadores rurais como posseiros, bóais-frias, trabalhadores sem-terra. Os movimentos lutavam pelo direito ao uso da terra, pressionando as instituições públicas ao longo do século por políticas de reforma agrária que resultasse na divisão das terras e por políticas públicas que incentivasse a produção e a reprodução social da categoria.

A partir dos anos 90, como resultados das ações políticas destes atores, a agricultura familiar passou a ser reconhecida pelo Estado enquanto categoria econômica, através de uma definição oficial de agricultura familiar e criação de políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). Como marco destas políticas está o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1995, política de crédito criada com o discurso de elevar a segurança alimentar no país, erradicação da fome e da miséria, além da modificação de paradigmas nos meios de produção indicando para o apoio às ações sustentáveis (ROSA, 1998).

Para se tornarem beneficiários do PRONAF, os agricultores familiares devem cumprir com as exigências das diretrizes do programa, sendo reconhecidos através da concessão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) pelas instituições públicas credenciadas. Além do PRONAF, a DAP habilita os agricultores familiares para acessarem outras políticas públicas de comercialização como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Assim, diante da formação política da agricultura familiar, seus diferentes atores, suas lutas para a manutenção e conquistas de novos direitos, do reconhecimento institucional como categoria econômica e criação de políticas públicas, este trabalho objetivou descrever a formação social dos posseiros do Figueira Branca de Pirajuí-SP, os atores que compõe o grupo, sua trajetória política e social, lutas pela terra, além de analisar o processo de reconhecimento social através da concessão da DAP.

Compreender o processo de construção do território, a divisão dos lotes, a infraestrutura dos lotes, relacionamento com outros agricultores na formação de associações e cooperativas, estratégias de produção e comercialização, luta por direitos, acesso a serviços públicos e políticas públicas em especial ao PRONAF, por habilitar os agricultores familiares a outras políticas de comercialização, como PAA e PNAE, através da DAP.

Interessante frisar que a trajetória deste trabalho aponta para mudanças significativas em relação à perspectiva do objeto de estudo, principalmente após o envolvimento do pesquisador nas idas a campo para as entrevistas com os agricultores familiares, que supostamente eram assentados<sup>1</sup>.

Isto pelo objetivo inicial da pesquisa ser a descrição das diferentes estratégias utilizadas pelos assentados do Figueira Branca e Vitória do município de Pirajuí-SP na concessão e utilização de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), enfatizando suas variáveis para uma possível comparação de dados entre os dois grupos.

Com base nos relatos de campo e nos dados coletados houve o reconhecimento de ser o Figueira Branca formado por um grupo de posseiros, prejudicando o andamento da pesquisa sendo necessário alterar os objetivos em vista de serem grupos com histórico e natureza jurídica diferentes afetando no acesso ao crédito do PRONAF.

Portanto, a revelação de que o grupo não era de assentados, mas de posseiros, foi importante para a definição dos rumos da pesquisa. Principalmente, pelos dados

---

<sup>1</sup> Inicialmente, acreditava-se que eram assentamentos pelo contato que o autor teve com membros da ASPRAVI (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Vitória), formado por agricultores que se autodenominavam de sem-terras e participavam de movimento de trabalhadores sem-terra, caso do MST e da CPT.

coletados constatarem um grupo em meio ao processo de regularização fundiária da área ocupada, por terem conquistados obras de infraestrutura no local como energia elétrica, terem providenciado a divisão dos lotes, construção de moradias e que acessavam políticas públicas como o PRONAF.

O grupo de posseiros do Figueira não estava sob a custódia do INCRA ou ITESP, ou seja, suas ações eram dotadas no interior do grupo, inclusive utilizando recursos próprios para a construção de moradias, infraestrutura e meios de produção. Tal fato acabou sendo preponderante para que houvesse modificações nos objetivos gerais e específicos do trabalho mediante a singularidade do grupo e do processo por eles atravessados.

## **Metodologia**

Os sujeitos escolhidos deste trabalho foram os posseiros do Figueira Branca, localizado no município de Pirajuí-SP, num total de 10 famílias. De início foi efetuado um levantamento do histórico da área do Figueira Branca e utilizado relatos das entrevistas com os agricultores da área, líderes, análise de fotografias, atas de reuniões, jornais da época, consulta a *sites* na internet, ou seja, explorar a memória do local juntamente com seus ocupantes.

Descrever a proximidade com outros atores presentes na formação histórica do grupo de posseiros como a Câmara de Vereadores, prefeitura, cartórios de registros de imóveis, escritórios do CATI, instituições financeiras responsáveis pela liberação do crédito do PRONAF.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas com os posseiros, estendida para todas as famílias, com variáveis quantitativas que foram anotadas em uma planilha, além da gravação, com o consenso do entrevistado, para posterior apreciação.

Os entrevistados foram os representantes das dez famílias, os técnicos da casa da agricultura local responsáveis pela emissão da DAP e assistência técnica, funcionários responsáveis pela contratação do crédito rural do PRONAF nas agências da instituição financeira responsável pela liberação do crédito na cidade realizado entre os meses de Novembro de 2015 a Junho de 2016.

Além dos dados primários, foram utilizados dados secundários do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB), dados acerca de valores liberados pelo programa através dos sites do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além da constante revisão bibliográfica.

Após a tomada dos dados, estes foram transcritos para posterior análise dos resultados, concernente a descrição histórica da posse da área, os atores e instituições envolvidas, os processos e perspectivas.

Num segundo momento, foi utilizado roteiro de entrevistas com perguntas sobre os meios de produção dos posseiros, da alteração após o reconhecimento do grupo pela declaração de posse mansa e pacífica e possibilidade que o documento trouxe de acessarem o PRONAF.

De início elaboramos entrevistas semi-estruturadas com os posseiros e, posteriormente, foram abordados membros da prefeitura, da CATI do município responsáveis pela emissão da DAP, instituições financeiras responsáveis pelo crédito do PRONAF para que possamos delimitar na gama de possibilidades e de resultados auferidos o objetivo de nossa pesquisa em repercutir o histórico, a legalização, o processo de regularização fundiária, o reconhecimento dos posseiros como agricultores familiares e o acesso às políticas públicas que possuem direito em utilizá-las.

Como caracterização e formação histórica do grupo, fizemos um apanhado das histórias, experiência e memória dos posseiros, principalmente dos pioneiros, para atingirmos um nível de informações que permite descrever, mas sem a ânsia de esgotar, o processo de formação do grupo, caracterização das famílias com o movimento, envolvimento com outros atores e reconhecimento do grupo como agricultores. Este processo de análise fora complementado com informações do diário de campo que traduz percepções do pesquisador permitindo uma dialética intersubjetiva e o rememorar do pesquisador para uma descrição densa do processo analisado (COSTA, 2002).

Dentre a caracterização do grupo almejada na pesquisa estava a descrição das relações sociais entre os posseiros na sua formação e contemporaneidade, além da proximidade e relacionamento com diferentes atores que circundam suas relações sociais tais como grupos políticos, instituições públicas e instituições financeiras.

Para tanto, elaboramos um roteiro de entrevistas divididas em blocos que permitem absorver os aspectos desejados pelo estudo. Primeiro, abordamos as características da família no que concerne a identificação dos integrantes, idade, gênero, escolarização, ocupação principal e secundária, fontes de renda das famílias, sua origem e inserção no movimento focando numa percepção histórica da luta pela posse. As condições estruturais das moradias, a fonte dos recursos para sua construção, os bens materiais adquiridos, finalizam o bloco.

No segundo bloco foram abordadas as condições estruturais de produção tais como equipamentos e animais, focando se houve melhoria nos meios de produção e moradia após se tornarem posseiros. Fechamos o bloco com perguntas referentes à produção agrícola e pecuária, dividindo em tipos de culturas e crias para elaborar uma perspectiva de produtividade anual e a porcentagem de cada item produtivo no total auferido pelo lote, se todos os membros trabalham na produção e o papel de cada um focando na divisão entre gêneros e gerações.

Em relação às condições estruturais do lote, moradia, meios de produção e culturas produzidas foram abordados no terceiro bloco se houve financiamento, da linha utilizada e quais foram as dificuldades enfrentadas para adquirirem e utilizarem o crédito. Já para o destino da produção focamos se comercializam por algum programa estatal, através de associação ou cooperativas e se mantêm contratos com a agroindústria.

No quarto bloco fora abordado a sociabilidade e política, sobre o processo de posse da área, quanto tempo e qual maneira a família tornou-se posseira, além da filiação a movimentos de trabalhadores rurais sem terra, pastorais e partidos políticos. A relação entre vizinhos, com assentados da região, agricultores da região, além da cooperação mútua ou não em atividades cotidianas e produtivas, participação em reuniões e eventos e a importância que atribui a cada fato.

O bloco seguinte trata das políticas públicas e sobre as assistências técnicas oferecidas ou contratadas por estes projetos. Focamos nas políticas de comercialização e crédito, primando pela busca às diferentes estratégias de aquisição e utilização do PRONAF, aquisição da DAP, além de pontuar as dificuldades na concessão e utilização do crédito e quais pontos positivos e negativos atribui ao PRONAF.

Neste bloco, ainda, abordamos sobre o relacionamento com representantes dos diferentes órgãos responsáveis pelo processo de contratação e utilização do PRONAF,

sobre as influências que regem sobre suas produções, sobre o tempo de liberação do valor e se exercem influência no resultado de sua produção.

Neste processo, o histórico de aquisição da DAP é fundamental para o acesso às políticas públicas, como PAA, PNAE e PRONAF, e reconhecimento institucional do grupo como agricultores familiares de maneira que foi apreciado neste trabalho o processo histórico do cadastramento da DAP, confrontando versões dos posseiros e dos técnicos da CATI responsáveis pelo cadastramento.

Foi utilizado um diário de campo como estratégia metodológica etnográfica, para que sejam relatadas experiências que possam posteriormente ser utilizados na argumentação do trabalho e consultados para eventuais descrições da realidade estudada buscando elementos que fogem do objetivo central da pesquisa.

Ainda, dentro da metodologia, a pesquisa utilizou para a abordagem das categorias analíticas o método da pesquisa efetuada UNIARA-IN CRA (2012) sem, no entanto, se ater a simplesmente reproduzir seus passos e desprezar as percepções do pesquisador. Por se tratar de espaços conquistados por processo de lutas diferenciadas, a descrição das concepções históricas e descritivas destes posseiros soam com a originalidade do pesquisador e orientadora na tratativa conjunta de transmitir seus resultados, evitando foco somente nos objetivos específicos da pesquisa, focando aspectos multidisciplinares e multidimensionais (FERRANTE, 2012).

Apesar do entendimento da necessidade de demonstração de dados quantitativos acerca dos posseiros estudado, aspectos como a trajetória dos trabalhadores, embates e alterações das famílias ao longo do processo de formação e da dinâmica de reprodução, estratégias utilizadas frente a situações de contradições, expõem a necessidade da transmissão narrada dos fatos e das experiências concretas vividas pelos posseiros.

Importante fato neste trabalho está na compreensão do território conquistado, trazendo suas especificidades, formação e relevância dos comportamentos identificando fatores ligados à formação individual, reconhecimento social como agricultores familiares, conquistas de direitos, práticas produtivistas e de comercialização, partindo para uma compreensão da reprodução social destas famílias.

No questionário destinado aos técnicos da CATI e INCRA, foi efetuado uma questão sobre a participação da instituição e do entrevistado no processo de ocupação da área, sobre os processos necessários para o acesso às políticas públicas, em especial o

acesso a DAP, e quais foram as principais dificuldades encontradas pelos posseiros neste processo.

Já a estrutura do texto apresenta uma revisão bibliográfica dividida em três capítulos principais e seus subitens. No primeiro capítulo intitulado “Agricultura Familiar e Desenvolvimento”, o primeiro item segue com discussões a respeito do histórico da agricultura familiar brasileira, conceituando os atores sociais entendidos como agricultores familiares, seu papel na formação e desenvolvimento social brasileiro. No próximo item foi tratado das políticas públicas voltadas a agricultura familiar, seus principais conceitos e respostas institucionais às demandas dos agricultores.

No segundo capítulo, intitulado “Práticas produtivas e PRONAF”, o primeiro item relata as alterações nos meios de produção da agricultura durante a segunda metade do século XX, as políticas de crédito que impulsionaram seu desenvolvimento e a resiliência das práticas produtivas da agricultura familiar. Os dois últimos subitens tratam da política pública evidenciada neste trabalho, o PRONAF, numa primeira etapa do histórico da linha de crédito, suas atribuições, linhas de crédito e principais conceitos. Num segundo momento, os conflitos e discussões em torno da formação e desenvolvimento desta política de crédito, elencando pontos positivos e principais críticas dos acadêmicos e dos movimentos sociais.

O terceiro capítulo apresenta os resultados e a análise dos dados, além da discussão com a literatura presente na revisão bibliográfica. Com certeza, estas contribuições mostram que na interpretação da realidade não há regras fixas. Os posseiros do Figueira Branca mostram, no acesso ao PRONAF, quebra nos dispositivos que regem esta política de crédito, que a agricultura familiar tem contrapontos que necessitam de continuada investigação.

## 1 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO

### 1.1 Agricultura familiar: conceitos e histórico

A discussão em torno da agricultura familiar é ampla com diversos aspectos que apontam para características peculiares ao longo do seu processo de formação e desenvolvimento. Neste trabalho serão apresentadas características que possam firmar um conceito de agricultura familiar, centrando na exposição das condicionantes em torno da disputa por terra, direitos, nas rupturas e continuidades apresentadas e sua reprodução social.

A agricultura familiar não pode ser considerada imutável, como uma categoria possuidora de única essência, hermética, mas categoria histórica, genérica, que se transforma. Porém, é necessário um tipo ideal<sup>2</sup> de agricultor familiar para fins de constituição da categoria, para sua identificação, sendo assim entendida como aquela em que a família é ao mesmo tempo a proprietária dos meios de produção, gerencia e assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1996, 2003).

O fato de combinar propriedade e trabalho assume uma grande diversidade de formas sociais, pela centralização das ações no seio familiar, autonomia na reprodução social, tendo o campesinato como uma de suas formas marcantes no seu desenvolvimento.

Por sua vez, a agricultura camponesa possui uma relativa autonomia econômica face à sociedade global no sentido de prover seus mantimentos, com importância para os grupos domésticos, transmissão de conhecimentos técnicos e culturais, todavia com o avanço tecnológico da modernização da agricultura ocorreu a introdução de fatores que modificaram aspectos da agricultura familiar tendo, na prática, características camponesas marcantes na sua essência (WANDERLEY, 2003).

---

<sup>2</sup> Para Lamarche(1993) a heterogeneidade explica a resistência e a presença da agricultura familiar, principalmente nas unidades de produção e relação com o mercado. O autor separa em dois modelos esta relação para definir conceitualmente a agricultura familiar, sendo o tipo original próximo ao camponês, com trabalho familiar organizado e centrado nas necessidades de consumo da família, já o tipo ideal atrela sua unidade produtiva às necessidades de mercado, podendo utilizar mão-de-obra de terceiros.

Conhecer a agricultura familiar perpassa sobre o conhecimento de suas técnicas produtivas, relações com os meios de produção, práticas culturais e políticas revelando, no entrelaçamento destas diretrizes, as facetas deste ator. Para tanto, é necessário entender que estes atores são formados por estas diferentes dimensões e que se complementam, de modo que a alteração de uma diretriz modifica no restante, o conjunto (WANDERLEY, 2009).

Antes de debatermos o processo de modernização da agricultura familiar e sua essência camponesa, torna-se importante demonstrar a participação atuante dos agricultores familiares no ato de sua construção social, focando na reconstrução histórica, no processo de constituição da identidade política, disputas por terras, no convívio com outros atores, nos moldes de produção e gestão, lutas, reconhecimento social, modernização e políticas públicas com foco nas ações dos agricultores familiares sem-terra.

Estes assuntos serão descritos neste capítulo, através da descrição das lutas e da construção política dos agricultores familiares a partir das décadas de 50 e 60 do século XX até a atualidade, os efeitos da modernização, o reconhecimento social da categoria e das disputas por direitos junto ao Estado.

Na década de 1950 após um período de crescimento industrial e urbano, a economia industrial entra em crise causando discussões sobre modo de produção e organizacional da sociedade brasileira. Os grandes latifúndios não foram suficientemente dinâmicos para suprir a demanda de alimentos, justamente por não focar neste eixo produtivo, contribuindo para a inflação e, conseqüentemente, para o elevado custo da força de trabalho urbano-industrial.

Diante das alterações promovidas na estrutura econômica do país, a questão agrária permaneceu concentrada com pouca oportunidade de acesso para os trabalhadores rurais. Apesar da necessidade de produção de alimentos advinda das pequenas propriedades e dos agricultores que utilizavam faixas de terras das grandes propriedades para produzirem, Prado Júnior (2000) aponta para a manutenção da concentração das propriedades rurais nas regiões de maior desenvolvimento urbano e industrial do país.

Os recenseamentos que ocorreram em 1940 e 1950 demonstraram que os estabelecimentos com mais de 100 hectares tiveram um aumento médio de 431,7 hectares para 642,9, enquanto que os estabelecimentos com até 100 hectares tiveram uma diminuição de 22,1 para 21,8 hectares, demonstrando a concentração fundiária e a elevação do êxodo rural dos produtores em busca de trabalho e melhores condições de vida (PRADO JÚNIOR, 2000).

Por vezes, os movimentos de proletarização e expulsão do campo não foram pacíficos e tiveram confrontos que marcaram a história dos movimentos sociais de luta pela terra e da figura política do camponês. A título de exemplo das lutas que marcaram a identidade política da categoria, temos a formação das “Ligas Camponesas” em Pernambuco em 1955, surgida por intermédio da “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco” no município de Vitória de Santo Antão.

A princípio, esses camponeses, representados por meeiros, posseiros, trabalhadores rurais, foreiros, vinculados às terras dos latifúndios das usinas de açúcar da região, uniram-se para reivindicar a instalação de uma escola e aquisição de caixões para enterro das crianças. Taxados de associados com comunistas, passaram a ser perseguidos pelos latifundiários sofrendo retaliações que iam desde incêndios de suas moradias, expulsão da terra até a morte. Como resposta, ampliaram a liga com outros engenhos da região para exigirem melhores condições e a divisão das terras da região por intermédio da reforma agrária (JULIÃO, 2009).

No ano de 1958 no município de Santa Fé do Sul (SP) ocorre um dos maiores movimentos de luta pela terra no Estado. O movimento ficou conhecido como “operação arranca-capim” pela forma do embate dos arrendatários com o proprietário da terra, Zico Diniz. Preocupado em formar sua propriedade rural para invernada, Diniz entregou a três prepostos uma área com 6.100 hectares com intuito de que derrubassem a mata para plantarem capim-colonião para alimentar seu gado na seca.

Por sua vez, os três prepostos entregaram para 300 famílias sob um contrato verbal, sem reconhecimento jurídico e, após o término da derrubada da mata, tiveram o contrato rompido sendo expulsos pelos arrendatários. Houve resistência por parte das famílias, inclusive com rearranjos e prorrogação de contrato verbal, formação da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul e aproximação com o PCB através da figura do líder Jofre Correa Neto.

Como retaliação, os capangas de Diniz soltaram o gado sobre as lavouras dos arrendatários, além de plantarem capim para “sufocar” suas plantações. Em resposta, os arrendatários iniciaram a “operação arranca-capim” demonstrando suas insatisfações com o processo e situação na terra. Como resultado, a discussão sobre a posse na terra dos arrendatários teve repercussão sob as esferas do Estado em vista de regularizar o tipo de contrato, porém prevaleceu a influência, a intimidação e a força de Zico Diniz culminando na expulsão dos arrendatários (CHAIA, 1997).

A expansão da fronteira agrícola incentivada pelo Estado rumo ao sudoeste paranaense, regiões fronteiriças da Amazônia como o estado de Goiás e Mato Grosso intensificaram a disputa por terras, gerando conflitos principalmente contra os posseiros. A política de expansão da fronteira agrícola teve, como característica peculiar, a expulsão dos posseiros que ocupavam as terras de frente da expansão, principalmente pela grilagem de terras por latifundiários e empresários.

Para Priori et al (2012) a demora na definição da delimitação e legalização dos títulos das terras dos colonos e posseiros no sudoeste do Paraná contribuiu para que ações de colonização Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) e da Clevelândia Industrial e Território LTDA (Citla) colocasse as terras destas famílias à venda.

Tal situação levou uma área que abrigava cerca de 40 mil famílias de agricultores posseiros a terem a posse de suas terras ameaçadas, mobilizando movimentos de agricultores que atingiram cidades como Pato Branco e Francisco Morato na chamada Revolta dos Posseiros de 1957.

Na década de 1960 com a modernização do rural através da chamada “Revolução Verde”, houve a expansão da mecanização no campo, adubação, fertilização química e expansão das fronteiras agrícolas com apoio estatal. O setor rural, antes orientado somente para a importação, passa a ser essencial na contribuição do desenvolvimento do mercado interno e indústrias nacionais, tornava-se parceiro das indústrias com o consumo de insumos e máquinas agrícolas e, por consequente, como fornecedor de mão-de-obra barata devido ao êxodo rural que a mecanização ampliava (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Importante fator ocorrido na década de 1960 foi a Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964, chamado Estatuto da Terra, constituído durante a ditadura militar e que tratava de questões como a reforma agrária. No texto do estatuto estavam delimitados os conceitos de novas propriedades de terra como o minifúndio, o latifúndio levando em conta a extensão, a exploração e empresa rural, de maneira que seriam desapropriadas as terras que não cumprissem com sua função social, produzindo para a família e a sociedade, explicitada, no respeito ao meio ambiente e no cumprimento da legislação trabalhista.

Para Martins (1999) o texto do estatuto procurou classificar usos e extensões de propriedade, de modo a formular um conceito operacional de latifúndio que incluía terrenos não extensos, mas explorados, incluía minifúndios e conceituava empresa rural de modo positivo, ou seja, afastava as possibilidades de serem inclusas nas desapropriações. Portanto, a lei da reforma agrária impulsionou a exploração de grandes conglomerados empresariais, inclusive sobre minifúndios, impulsionando a expansão das fronteiras agrícolas, auxiliando na mecanização e acelerando a agricultura capitalista.

A redefinição fundiária favoreceu os conglomerados empresariais, incluindo indústrias, bancos, elevando o número das lutas dos trabalhadores rurais, apesar da censura e repressão ampliada pela militarização nas questões fundiárias.

A utilização de jagunços por grandes proprietários para expulsarem os posseiros de suas terras, contava com a conivência da polícia e da justiça, ocorrendo num espaço de legalidade diminuindo as chances dos camponeses. Por se tratar de uma luta não institucionalizada, sem reconhecimento legal e social, o conflito dos posseiros possui curta duração culminando com vitória dos camponeses ou dos proprietários ou grileiros, quando os últimos vencem os primeiros tomam a decisão de se tornarem posseiros em outras áreas ou se proletarizarem (MARTINS, 1984).

Seguindo nas especificidades das lutas dos posseiros, o autor afirma que estes atores colocam em confronto o *legítimo* e o *legal*, já que na sua concepção a situação de ocupante de terra é legitimada pelo uso que dela faz, trabalhando e produzindo para suas necessidades, mas para a justiça, a situação está fora da lei por não terem o título do imóvel.

Esteve (2016) descreve a luta dos posseiros no norte de Goiás durante o processo de reforma agrária elencada pelo governo de Mauro Borges Teixeira, entre os anos de 1961 a 1964, quando através dos institutos de colonização houve entrega de títulos de domínio de terras ocupadas por famílias de posseiros e avanço da produção utilizando técnicas da Revolução Verde.

De peculiar o movimento aponta para a resistência das famílias frente às ações das instituições públicas e dos jagunços contratados por latifundiários interessados na área, alegando que o território lhes pertenciam por ali terem constituído um histórico de reprodução social, com um entendimento de propriedade que divergia do Estado, este pautado nos aspectos burocráticos, de titulação.

Desta forma, o embate das famílias estava em questionar as ações públicas sob a ótica do entendimento do grupo sobre justiça, ou seja, para os posseiros a legitimação da posse da terra se daria pelo uso que se faz dela, pela importância na reprodução social do grupo.

Outro importante fato foi o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, que delimitou o conceito de trabalhador rural levando em conta apenas questões trabalhistas, excluindo a questão da terra afastando os interesses dos parceiros, posseiros, arrendatários. Foi uma resposta do Estado ao acirramento dos conflitos no campo. O reconhecimento do trabalhador rural aos moldes dos direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos elevou os custos para o empregador, pouco modificando as relações sociais no campo por conta da não oficialização dos contratos trabalhistas, com a continuidade de mecanismos que visavam burlar as leis, como no caso dos contratos temporários dos trabalhadores volantes (SILVA, 2004).

O interior paulista torna-se centro de atração de trabalhadores para trabalharem nas grandes fazendas de cana-de-açúcar, intensificado após o PROALCOOL<sup>3</sup> na década de 1970, a serviço das usinas de açúcar e álcool. Muitos destes trabalhadores volantes, chamados de bóias-frias, deixavam nas suas regiões de origem pequenas propriedades rurais com roça e família na esperança de encontrar melhores condições de reprodução

---

<sup>3</sup> PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool) política setorial desenvolvida pelo governo brasileiro com o objetivo de substituir o uso derivados do petróleo como combustível automotivo (CARVALHO;CARRIJO, 2007).

social, mesmo que temporária, e, assim, promover na volta melhores condições de infraestrutura das propriedades (SILVA, 2004).

As condições de trabalho não eram como as prometidas pelos aliciadores, chamados “gatos”, que agem nas regiões de maior vulnerabilidade social em busca mão-de-obra. O cenário nos canaviais paulistas era de trabalho árduo com metas abusivas, distorção para menor na medição da quantidade de cana cortada, salários que não supriam as necessidades de reprodução, quiçá para suprir suas famílias na região de origem, incitando a revolta entre os trabalhadores e surgimento de movimentos sociais.

Ferrante (1994) descreve a luta dos bóias-frias na região canavieira de Ribeirão Preto-SP, na cidade de Guariba-SP em 1984, quando trabalhadores migrantes, ou não, residentes nos bairros operários do município se rebelaram contra o aumento do preço da tarifa da água. A revolta vai de encontro às condições de trabalho, baixos salários que prejudicavam sua reprodução social, de maneira que no decorrer do movimento, a exigência por terra aparece como complemento às reivindicações e como símbolo de esperança frente às condições de trabalho e de vida que enfrentavam.

A exigência por terra representa a busca de resgate das condições de camponês destes trabalhadores. Na sua maioria, tiveram experiências como agricultores na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, que foram expropriados de suas terras pelo avanço da política de modernização da agricultura ou pela grilagem de terras. O êxodo surgiu como uma necessidade e a volta à condição camponesa como esperança e mote de uma luta inflando o número de trabalhadores sem-terra.

O exemplo acima demonstra uma das facetas dos trabalhadores rurais sem-terra, para Bergamasco;Norder (2001) a origem dos sem-terra no Brasil é múltipla, sendo agricultores expropriados de suas terras, ex-arrendatários, posseiros, atingidos por barragem, operários, representando o processo de separação entre o trabalhador rural e sua propriedade marcados pela intensa mobilização política para pressionar o Estado a formular respostas.

A forma da luta pela terra também se torna diferenciada entre estes trabalhadores rurais, sendo o embate dos posseiros fazer valer a posse, pela utilização da terra na sua reprodução, sem se ater a legalidade propriedade, já para os sem-terras, a legalidade da terra é questionada, das maneiras como foram adquiridas, além da

utilização do imóvel para especulação financeira, sem promover o cultivo (FELICIANO, 2015).

Com a abertura política da década de 1980, organizações tais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento sindical dos trabalhadores rurais aglutinados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), partidos políticos como o PCB e o PT, juntavam-se, ou mesmo dirigiam, os movimentos dos trabalhadores rurais pressionando por políticas de reforma agrária.

As trajetórias políticas dos trabalhadores rurais aliada à abertura política da década de 1980 fizeram com que ganhassem maior notoriedade política e visibilidade social na construção de seus direitos, por fim requerendo e buscando reconhecimento social<sup>4</sup> para que pudessem construir sua identidade, exercer sua cidadania<sup>5</sup>, através do processo de reforma agrária e consequente divisão de terras.

Esta luta pelo reconhecimento por direitos reflete a busca por serem reconhecidos como cidadãos, para Santos (2014) ser reconhecido como cidadão é se fazer valer pelo lugar que possuem na sociedade, lutando para mudar ou permanecer nele, legitimar sua função social na posição e no papel que cumprem.

A pressão era por reforma agrária que aliasse a divisão e o uso da terra a políticas públicas que auxiliassem na produção e comercialização da produção e lhes trouxessem condições de competitividade no cenário da agricultura nacional através da mecanização, uso de insumos e assistência técnica. A simples divisão de terras não era tida como suficiente, a questão agrária nacional exigia uma revolução produtiva que abrangesse seus diferentes níveis desde a posse da terra, o trabalho, a modernização dos meios de produção, a comercialização, política de preços.

Diante da mobilização dos trabalhadores e dos conflitos no campo, o governo Sarney implanta parcialmente um I Plano de Reforma Agrária no ano de 1985. Apesar

---

<sup>4</sup> Um dos conceitos chave neste trabalho, reconhecimento social é entendido no sentido ético, como construção objetiva, ou seja, para ocorrer são necessários valores que permitam reconhecer no grupo ações que o dignifique eticamente, sem deixar levar por posicionamentos subjetivos. Assim, o reconhecimento pode vir por uma proposição profissional, cabendo seguir as diretrizes esperadas para concretizar o processo (SOUZA, 2000).

<sup>5</sup> Neste caso, cidadania é um exercício que reconhece e valoriza um modo de vida, sentimento de pertencimento a um grupo social e/ou território, além de usufruir de todos os direitos e obrigações comuns a todos os cidadãos (WAGNER; GEHLEN; SCHULTZ, 2016).

de não contar com elementos que tornem maciço o plano de reforma agrária tais assentamentos possuíram valor estratégico na medida em que forneceram fatores para uma avaliação da reestruturação fundiária no Brasil (BERGAMASCO; NORDER, 2001).

Em 1985 surge o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) como uma proposta de crédito rural para o financiamento dos projetos de assentamento. Seu propósito foi o incentivo à modernização dos assentados com financiamento de maquinários e insumos químicos seguindo o padrão proposto pelo agronegócio (REZENDE, 1999).

Na década de 90, dentre muitos, três acontecimentos marcaram a disputa por terras no Brasil. Em 9 de Agosto de 1995, policiais militares com rostos cobertos, juntamente com jagunços recrutados por fazendeiros da região, entraram em conflito contra mais de 600 trabalhadores sem-terras que ocupavam a Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara no estado de Rondônia, a mando dos latifundiários da região resultando, pelos úmeros oficiais, na morte de 23 pessoas, entretanto, para os trabalhadores, este número passa de 100 (OLIVEIRA, 2001).

No dia 17 de Abril de 1996, 19 militantes do MST foram mortos pela polícia do Pará no município de Eldorado do Carajás, no episódio conhecido como “Massacre de Eldorado do Carajás”, enquanto protestavam pela demora na execução da reforma agrária no estado. No ano seguinte, entre os meses de fevereiro a abril, ocorreu a Marcha a Brasília organizada pelo MST que contou com a presença de mais de 100 mil pessoas na esplanada do Ministério com o intuito de protestar pela política de reforma agrária adotada pelo governo até o momento e de poderem manter um canal de diálogo com o poder (COMPARATO, 2001).

Para Oliveira (2001), tanto em Corumbiara quanto em Eldorado dos Carajás, houve demora do Estado em retomar as terras dos fazendeiros que se diziam proprietários, entretanto descumpriam aspectos legais que deveriam atribuir as terras para a reforma agrária.

Após os episódios, o governo manteve uma agenda de encontros com o MST para dialogarem sobre reivindicações levantadas pelo movimento. Dentre os pedidos, Comparato (2001) resume em dois itens: o assentamento das famílias acampadas e a

concessão de créditos para possibilitar a produção destas famílias e da agricultura familiar.

A pauta segue na discussão sobre a constituição de uma política de reforma agrária, que envolve não somente a divisão de terras, mas uma política de crédito rural que financie a produção dos assentados com base nas suas necessidades e condicionantes de pagamento. O diálogo segue para a constituição de políticas públicas, entretanto ao Estado cabia reconhecer, de forma objetiva, o seu entendimento por agricultura familiar, nas suas diferentes facetas e nas disputas que vivenciavam tanto de terras quanto de mercado.

## **1.2 Políticas públicas e agricultura familiar**

A abertura democrática da década de 1980 e a promulgação da Constituição em 1988 permitiram que fossem criadas no país maior amplitude para discussão política, com a participação das camadas populares nas decisões. A possibilidade da discussão modificou a postura dos movimentos sociais que passaram a adentrar nos espaços públicos na espera de uma manifestação positiva do poder público.

A Lei 8.171 de 17 de Janeiro de 1991 sancionou os objetivos e as competências institucionais no que se refere às instâncias políticas relativas às atividades agropecuárias, além de reconhecer que existe um variado tecido social no meio rural que necessitam de conceitos. Todavia, a instituição desta lei ficou aquém da necessidade dos agricultores familiares, privilegiando os interesses dos grandes agricultores no que concerne às políticas públicas de crédito, assistência técnica, seguros e comercialização (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O Plano Real de 1994 levou à queda da rentabilidade do setor agrícola pela valorização da taxa de câmbio favorecendo a importação e prejudicando a exportação. Ainda no governo FHC, houve a descentralização do programa de reforma agrária e

institucionalização do Banco da Terra<sup>6</sup>, que age seguindo normas de mercado, além de atestar a incapacidade do Tesouro Nacional em suprir com as demandas do PROCERA.

O cenário desfavorável ao desenvolvimento da agricultura familiar leva ao surgimento de movimentos sociais cobrando postura diferente do Estado, sugerindo novas políticas públicas. O Grito da Terra Brasil de 1994 cobrou maior participação dos movimentos dos trabalhadores rurais nas decisões sobre políticas públicas e a implementação e fortalecimento de política de crédito para pequenos produtores rurais<sup>7</sup> (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Em 1995, com a influência do sindicalismo dos trabalhadores rurais foi criada a primeira política pública voltada aos agricultores familiares, o PRONAF, que simbolizou o reconhecimento dos agricultores como sujeitos de direitos, ressaltando a importância atribuída à categoria a partir da década de 1990, objetivando aumentar a produção, melhorar a qualidade de vida e ampliar a cidadania dos agricultores familiares (GRISA, 2012).

O PRONAF sintetizou uma primeira geração de políticas públicas orientadas para a agricultura familiar, reconhecendo estes atores como parcela importante no plano de desenvolvimento do país privilegiando ações voltadas à produção e à questão agrária. Cabe lembrar que este período fora marcado pelos intensos embates entre os movimentos sociais e forças contrárias à implementação das políticas públicas, culminando nas ações do Estado visando medidas paliativas para cessar estes conflitos.

Grisa; Schneider (2014) demonstram a construção de um canal de diálogo a partir de 2003 do Governo Federal com agricultores familiares, movimento de trabalhadores, intelectuais interessados na agricultura familiar para aprimoramento e discussão de pontualidades do programa no intuito de fortalecer. Desta forma, outras políticas surgiram atreladas ao PRONAF, como o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)

---

<sup>6</sup> O Banco da Terra foi instituído em 1998 e apresentava como objetivo principal fornecer crédito para que os agricultores inscritos no plano de Reforma Agrária. A fonte de recursos eram do Tesouro Nacional e Títulos da Dívida Agrária (TDA) administrados pelo BNDES (CAMARGO; MUSSOI; CAZELLA, 2005)

<sup>7</sup> Como resposta aos movimentos do “Grito da Terra Brasil”, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) em 1994 através da Resolução 2101. O programa ganha importância pela caracterização dos pequenos produtores rurais, sendo detentores de imóveis com área até quatro módulos fiscais, 80% da renda bruta oriunda da agricultura e não possuir empregados permanentes (BIANCHINI, 2015).

em 2004, o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006 e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural.

A segunda geração de políticas públicas tendeu para ações assistencialistas na intenção do Estado agir sobre as “falhas do mercado”, notadamente no período da intensificação das políticas neoliberais adotados pelos governos na metade da década de 1990. Seu início foi com o Programa Comunidade Solidária no governo FHC e presidida pela então primeira-dama Ruth Cardoso com ações centradas na diminuição da pobreza rural e minimização dos seus efeitos através do investimento em áreas como previdência complementar através da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), saúde, saneamento básico, educação e capacitação profissional (PERES, 2005).

Neste programa foi criada a linha Infraestrutura e Serviços Municipais do PRONAF consistindo no desenvolvimento de infraestrutura e apoio para a produção da agricultura familiar. Neste ponto, os movimentos sociais criticam as ações do programa de aproximação do PRONAF ao assistencialismo social, entendendo que o programa deve estender para o desenvolvimento da agricultura familiar como forma de combater a pobreza (SCHNEIDER; GRISA, 2014).

Grisa (2012) mostra que na discussão da institucionalização do PRONAF uma das pautas foi a necessidade do programa em atender a diversidade socioeconômica da agricultura familiar, com a criação de linhas de crédito que atendessem a grupos em situação de vulnerabilidade social, caso do PRONAF “B”<sup>8</sup>.

As políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, conquistada por intermédio de lutas e reivindicações populares, trouxeram à categoria direitos que lhes conferem a capacidade de projetarem sua reprodução social com certa segurança. Portanto, os direitos conquistados para o uso da terra em políticas de reforma agrária e as políticas de crédito aos agricultores familiares conferem o entendimento aos agricultores de que não houve manifestação proativa do Estado, mas reativa frente aos movimentos de reivindicações (MAGALHÃES, 2003).

---

<sup>8</sup> O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Fonte: MDA disponível em <http://www.mda.gov.br>.

Em 2003, no governo Lula, é criado o programa “Fome Zero” que efetiva uma avaliação dos programas de combate à fome existentes na década de 90<sup>9</sup>, almejando soberania alimentar através da distribuição de renda e aumento da oferta de alimentos e incentivos aos agricultores familiares, ressaltando os mercados institucionais para a dinamização da economia a níveis regionais (YASBEK, 2004).

No mesmo ano, fora lançado o Programa de Habitação Rural (PNHR) visando o financiamento de materiais para construção e reformas de moradias aos agricultores que atendessem aos critérios de concessão do PRONAF. Estes programas fazem parte de reivindicações de movimentos sociais que visavam a inclusão dos vulneráveis, porém as condições destes programas passam a ser exigida por representantes do agronegócio.

Para Grisa (2012) as políticas assistencialistas sociais passaram a ser importantes em regiões como o semiárido nordestino repercutindo no desenvolvimento rural não sob um viés de inclusão produtiva, mas através de incremento de renda, as quais não foram avaliadas diretamente nas ações da primeira geração de políticas públicas.

A terceira geração de políticas públicas tratava da comercialização da produção dos alimentos da agricultura familiar. Como já dito no programa “Fome Zero”, os mercados institucionais tiveram papel preponderante na formulação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, principalmente na alimentação escolar.

Após ajustes burocráticos institucionais, como na Lei 8.666/93 conhecida com Lei das Licitações<sup>10</sup>, o programa guiou o fortalecimento dos mercados institucionais e da agricultura familiar abrindo espaços para revisão de outros programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar de 2009. Estas medidas estimularam os governos a criarem seus próprios mecanismos de compras públicas e proporcionaram aos agricultores familiares buscarem mercados públicos e privados (GRISA, 2012).

---

<sup>9</sup> Tal como o “Governo Paralelo”, liderada por Herbert de Souza (Betinho), que propôs a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) em 1991, a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, “Campanha Nacional de Combate à Fome” e ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS) estabelecido em 1993 (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

<sup>10</sup> As alterações consistiram na ausência de processo licitatório para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, demandado por chamadas públicas (GRISA, 2012).

Além da criação de mercados, os programas de comercialização do PAA e PNAE têm contribuído para a valorização da produção local ressignificando a produção da agricultura familiar, explanando valores tradicionais e regionais, além de ampliar os laços de organização das famílias envolvidas.

Concomitantes aos programas foram criadas ações que agregam valores à produção da agricultura familiar, tais como selos de diferenciação (Selo da Identificação da Agricultura Familiar, Selo Quilombos do Brasil), certificação para produção orgânica, abrindo espaço para discussão com outros atores vinculados ao debate sobre segurança alimentar<sup>11</sup> e agroecologia (SCHNEIDER; GRISA, 2014).

Este cenário contribui para a formação de novos mercados e novas tendências na produção da agricultura familiar, inclinando suas ações para uma produção que se utilize de técnicas tradicionais, minimizando o uso de agrotóxicos visando atingir um patamar de produção sustentável (BORGES, 2009).

As políticas públicas podem ser caracterizadas como atributo de provimento do Estado, compreendidas como um reconhecimento social de que os agricultores familiares são produtores de alimentos, sendo, portanto, potenciais cidadãos beneficiários de direitos e deveres para com a sociedade. Todavia, seus direitos são frequentemente fragilizados pelas relações políticas e econômicas entre indivíduo-Estado, indivíduo-sociedade e sociedade-Estado (WAGNER; GEHLEN; SCHULTZ, 2016).

---

<sup>11</sup> Principalmente no CONSEAS (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), reestabelecido em 2003, configurando como importante espaço para participação da sociedade civil em debates com representantes do governo acerca da segurança alimentar e nutricional do país (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

## **2. PRÁTICAS PRODUTIVAS E PRONAF**

### **2.1 Meios de produção, políticas de crédito e resiliência da agricultura familiar**

Como impulso à modernização em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), crédito subvencionado que visava o investimento e o custeio das atividades agropecuárias tais como aquisição de máquinas, implementos e produtos químicos com crescimento considerável nas liberações do crédito, passando de Cr\$ 10,2 trilhões em 1971 para Cr\$ 26,3 trilhões em 1976 (GUIMARÃES; INOCÊNCIO, 1987).

Segundo estes autores, o setor industrial ligado à agricultura atingiu cifras consideráveis como um aumento de mais de 1.000% no número de tratores utilizados, em relação à década de 50, chegando este incremento a 6.512% na década de 80, e um aumento de 254% e 165%, respectivamente, no uso de arados à tração animal e nas colheitadeiras, nos anos 80, também em relação à década de 50.

Para Belik (2000), com a modernização da agricultura familiar, fez-se necessária a criação de uma linha de crédito com condições propícias para estes agricultores, sendo primordial a alteração nas nomenclaturas e características dos beneficiários do SNCR, já que a categoria de “mini-produtores” abrangiam uma categoria diversa de produtores com capacidades e necessidades específicas. Aos “pequenos agricultores” cabia um desafio experimentado por poucos agricultores anteriormente, era necessário que passassem por um processo de bancarização, conhecimento sobre juros e processos de gerenciamento financeiro para assumirem financiamentos em busca de modernização dos seus meios de produção.

A abertura democrática do país na década de 1980 permitiu que os movimentos sociais apoiados por intelectuais e pela sociedade civil exigissem um crédito que amparasse as condições dos assentados e agricultores familiares e suprissem a necessidade de crédito para a modernização dos meios de produção e, conseqüentemente, cumprisse com os anseios de produtividade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

O trabalho da FAO/INCRA de 1994 coordenado por Carlos Guanzirolli tinha como objetivo central elaborar diretrizes para um novo desenvolvimento rural para o Brasil. Como resultado principal tivemos a elaboração de um modelo classificatório da agricultura que a dividia em dois grupos, “patronal” e “familiar”, sendo o primeiro marcado pela separação entre gestão e trabalho, ênfase na especialização produtiva e práticas padronizadas, uso de trabalho assalariado, já o familiar com uma íntima relação entre trabalho e gestão, direção produtiva pelo proprietário, diversificação produtiva, podendo usar trabalho assalariado eventualmente (PICOLOTTO, 2015).

Como resultado do estudo, tivemos a criação do decreto 1.946, de 28 de Junho de 1996 que dispõe sobre a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), para proporcionar o financiamento de tecnologias, pesquisas e difusão de técnicas que pudessem elevar o nível de produtividade conjugado à proteção ao meio ambiente (BRASIL, 1996).

Neste momento, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como uma categoria econômica ganhando destaque nas questões relacionadas ao desenvolvimento rural. O reconhecimento institucional teve no PRONAF um importante elemento de valorização da agricultura familiar, constituindo-se como política pública para afrontar as desigualdades entre a agricultura patronal e a familiar (SILVA et al., 2015).

O conceito de agricultura familiar passa por questionamentos por limitar o contingente de atores à produção e por área explorada, excluindo, principalmente, os produtores mais vulneráveis. A pressão dos movimentos sociais sugere mudanças conceituais, como a Lei da Agricultura Familiar 11.326 de 24 de Julho de 2006, a qual estabelece novas diretrizes sobre a agricultura familiar brasileira, incluindo como agricultores familiares silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas.

Nesta mesma lei, ocorreu o reconhecimento através das lutas de inúmeras populações e comunidades tradicionais que, integrando com a agricultura familiar, reivindicam um olhar específico do Estado para integrarem no novo modelo um esteio com múltiplos estilos de agricultura familiar (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). A lei cria a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais com o objetivo de descentralizar as decisões do programa, incluir a

sustentabilidade social, ambiental e econômica, equidade de gêneros, raças e etnias na aplicação das políticas (BRASIL, 2006).

A expansão das fronteiras agrícolas e a modernização dos meios de produção afetaram a reprodução social dos camponeses, o saber tradicional transmitido entre gerações não é mais suficiente para orientar seu comportamento econômico, sendo necessário um novo domínio técnico com máquinas, animais e plantas, gestão pautada por uma contabilidade capitalista, voltada à acumulação.

Porém, tais mudanças não implicaram em total ruptura de suas práticas tradicionais, deixando pontos de continuidades. Portanto, entender o processo de modernização da agricultura familiar consiste em apreciar as mudanças e a influência da tradição camponesa, culminando numa prática que não pode ser descrita apenas como dos agricultores tradicionais, ou mesmo o modelo da empresa capitalista, mas da agricultura familiar (WANDERLEY, 2009).

Reconhecer este processo na formação da agricultura familiar brasileira, atrelado às suas lutas, requer o reconhecimento das orientações como diretrizes para a formação das políticas públicas destinadas para estes atores. Este trabalho consiste num direcionamento de práticas da agricultura familiar e políticas públicas dos trabalhadores rurais, definindo orientações que permearam as relações com os meios de produção, práticas produtivas e políticas ao longo do seu processo histórico.

Os programas de incentivo à agricultura familiar, como o crédito do PRONAF, tendem a privilegiar agricultores que seguem tendências da lógica de mercado pertencentes à “Revolução Verde”, centrada no aumento da capacidade produtiva através da especialização produtiva, mecanização e uso de insumos químicos. Essa dicotomia produtiva aponta para um cenário ideal, de concorrência sadia e acesso para todos os agricultores, sem distinção; porém a diversidade da agricultura familiar sinaliza para um cenário que muitos agricultores não conseguem assimilar e acessar, culminando na marginalização deste contingente populacional (CARNEIRO, 1997).

Dentro desta lógica de acesso ao mercado, na integração com novas perspectivas de produção, os agricultores familiares tomam partida de estratégias para definirem sua atuação, buscando facilitadores para minimizarem os desafios. Como dito, a luta histórica de reconhecimento da agricultura familiar, a relação com a terra,

seja na posse e na manutenção, os meios de produção e integração ao mercado, requereu destes atores mobilizações no sentido de proporem políticas públicas para suprir suas adversidades.

No próximo item será descrito a política de crédito do PRONAF como marco na concessão de políticas públicas para a agricultura, abrangendo seus processos históricos, conceitos e perspectivas de modernização da agricultura familiar.

## **2.2 PRONAF: histórico e conceitos**

Um dos principais pontos de discussão sobre a formação do PRONAF recai sobre a conceituação e panorama geral sobre o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, configurando o programa importante no reconhecimento do papel da agricultura familiar. A discussão foi importante para identificar e elencar os principais problemas e dificuldades dos agricultores familiares e, assim, criar uma política de crédito que pudesse atingir os objetivos dos atores envolvidos no programa, entre eles os próprios agricultores, instituições financeiras e Estado.

Nos primórdios do PRONAF a definição de agricultura familiar foi objeto de discordância entre o governo e os movimentos sociais e intelectuais, principalmente pelos últimos considerarem a inclusão de empresas familiares que contratavam mão-de-obra permanente divergente dos objetivos do programa (SILVA et al., 2015).

Como representante do segmento dos intelectuais, Medeiros (1997) cita três elementos considerados como constitutivos da agricultura familiar: o camponês enquanto ator político, a constituição dos trabalhadores rurais através dos sindicatos e as organizações próprias dos agricultores familiares. Seguindo, a autora frisa a diversidade de modos de produção da agricultura familiar incorporando diferentes padrões tecnológicos, relações com o mercado e alternativas organizativas.

Já para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG (1995) a agricultura familiar deve ser conceituada sob os aspectos de trabalho e produção, sendo produtores rurais que explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, extrativista, agregado, pescador

artesanal, pequeno garimpeiro; que utilizem o trabalho pessoal e de sua família, com trabalho eventual de terceiros sem ser permanente, ter 80% da renda oriunda da produção agropecuária, ocupar área de até quatro módulos rurais, residir na propriedade ou em área urbana próxima.

Deste modo, o termo agricultura familiar foi moldado com base nas discussões entre as diferentes esferas da sociedade, através de estudos e pesquisas ressaltando a sua relevância econômica e pelos movimentos sociais e sindicais afirmando, a viabilidade da agricultura familiar. Assim, o conceito para a formulação do programa ficou atrelado ao sistema produtivo de cada família, pela concentração e divisão das tarefas aos membros da família, pouco recorrendo ao trabalho de terceiros.

O estudo FAO/INCRA de 1994 concluiu que 85,2% dos 4,8 milhões de estabelecimentos rurais recenseados no país eram de agricultores familiares, ocupando 30,5% da área e respondendo por 37,9% da produção agrícola nacional corroborando com a importância da atividade na economia nacional (GUANZIROLI, 2007).

Esta gestão do trabalho da agricultura familiar foi relacionada com o envolvimento da família nos mercados para estabelecer três tipos de famílias de agricultores: as **consolidadas**, integradas ao mercado, com acesso às políticas públicas e inovações tecnológicas, as **em transição**, parcialmente integradas ao mercado e inovações tecnológicas e, por fim, as **periféricas**, nas quais atividade agrícola não é suficiente para a manutenção das famílias, recorrendo a outras atividades não agrícolas, que se constituem como principal público para a reforma agrária (MARQUES, 2004).

A Resolução do BACEN 2191 de 24 de Agosto de 1995 regulamenta o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), definindo os critérios para a aptidão dos agricultores ao programa através da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF):

- explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou posseiro;
- não mantenha empregado permanente, podendo sazonalmente quando a atividade agrícola permitir;

- não detenha área maior do que quatro Módulos Fiscais<sup>12</sup>;
- detenha, no mínimo, 80% da renda bruta anual proveniente de exploração agropecuária ou extrativa;
- resida na propriedade ou em aglomerado urbano próximo à área explorada (BIANCHINI, 2015);

A instituição do programa ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28/07/1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar do PRONAF ter sido formulado em 1995, as linhas de crédito foram paulatinamente repensadas, até que em 1997 o programa ampliou com linhas para investimento, custeio, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O principal objetivo inicial do programa era atender às famílias classificadas “em transição”, através da melhoria na infraestrutura necessária ao desempenho produtivo, estimular o acesso a insumos e mecanização, incentivar a profissionalização para adequação aos novos padrões de tecnologia.

Este público era visto como o mais apto a fornecer respostas adequadas aos investimentos, tendo melhores condições em contribuir com a geração de empregos e renda resultando na melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Apesar de serem maioria, os agricultores “periféricos” ficaram à margem dos investimentos neste momento (GRISA, 2012).

A categorização da agricultura familiar continuou a ser definida pelas Resoluções do BACEN. No ano safra de 1997/98, foi definido um novo critério para caracterização da agricultura familiar, o limite da renda bruta familiar definida no teto de R\$ 27.500,00, com rebate de 50% para avicultura, suinocultura, olericultura, piscicultura e sericicultura (BIANCHINI, 2015).

---

<sup>12</sup> Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em ha. Seu tamanho varia para cada município e depende principalmente das condições de produção: dinâmica de mercado, infraestrutura instalada, disponibilidade tecnológica, além de aspectos naturais como água e solo – quanto mais disponíveis essas condições, menor o tamanho da área necessária para a obtenção de rentabilidade ali desenvolvida. O tamanho máximo para um módulo é de 110 ha e o menor é fixado em 5ha. Fonte: Diretoria de Ordenamento Fundiário/SNCR/INCRA e disponível em [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

A metodologia por produção utilizada pelas Resoluções do BACEN para classificação dos agricultores familiares aproxima-se do modelo proposto nas relações com o mercado, parametrizando um teto de renda bruta anual para os agricultores. Deste molde, surge o PRONAF Especial em 1997 destinado aos agricultores **periféricos**, com renda bruta anual inferior a R\$ 8.000,00, e limite por operação de crédito variando de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00 (BIANCHINI, 2015).

As fontes de recursos do programa são variadas e caracterizadas pelos diferentes custos. Entre os recursos estão a Poupança Rural<sup>13</sup>, do FAT<sup>14</sup> (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que necessitam da equalização dos custos calculados pela diferença entre os juros de captação da fonte e os pagos pelos agricultores para serem repassados pelo Tesouro Nacional ao banco emissor do crédito. A equalização de custos é autorizada por meio de Portarias do Ministério da Fazenda, normalmente emitidas no início de cada Ano-Safra definindo o valor passível de equalização, ou seja, estes recursos são finitos.

Outras fontes são do OGU<sup>15</sup> (Orçamento Geral da União), das Exigibilidades Bancárias<sup>16</sup>, Fundos Constitucionais<sup>17</sup> e Funcafé<sup>18</sup>, os quais não necessitam de equalização dos custos, cabendo às instituições financeiras responsáveis pela emissão do crédito a administração dos fundos (BIANCHINI, 2015).

O período de formação e discussão do PRONAF foi marcado por intensa mobilização dos movimentos sociais e organização dos trabalhadores rurais (CONTAG,

---

<sup>13</sup> A Caderneta de Poupança Rural é uma modalidade de depósito de poupança à qual aplica-se a exigibilidade de que um percentual dos recursos captados esteja aplicado em operações do crédito rural. Os percentuais dos recursos aplicados variam conforme as exigências do Ano-Safra (BIANCHINI, 2015).

<sup>14</sup> Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são alocados em bancos públicos federais quando há recursos deste Fundo. O Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) deve a cada ano decidir a quantidade de recursos que serão alocados para o PRONAF, transferindo na forma de Depósitos Especiais no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA) (BIANCHINI, 2015).

<sup>15</sup> O Tesouro Nacional é uma fonte de recursos do PRONAF quando utiliza para os financiamentos do Programa recursos do OGU. Os recursos são repassados a bancos públicos federais – BB, BNB e BASA – para serem destinados a financiamentos sob amparo do Pronaf. Após as prestações serem pagas pelo mutuário, o banco repassa os recursos novamente ao Tesouro Nacional (BIANCHINI, 2015).

<sup>16</sup> Desde a criação do Pronaf, o BACEN determina que as instituições financeiras mantenham aplicado em operações de crédito rural um percentual do valor de seus depósitos à vista. Atualmente, uma subexigibilidade para o PRONAF determina que 10% das exigibilidades estejam aplicadas em operações do Programa (BIANCHINI, 2015).

<sup>17</sup> Os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste(FNE) e Centro-Oeste (FCO) são repassados aos respectivos bancos operadores, que os utilizam em financiamentos ao setor produtivo da região a que pertencem (BIANCHINI, 2015).

<sup>18</sup> O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira opera com linhas de financiamento de apoio ao setor cafeeiro, por meio de resoluções do Conselho Monetário Nacional. Do orçamento do Fundo, um pequeno percentual é destinado ao Pronaf para financiar a cafeicultura da agricultura familiar (BIANCHINI, 2015).

CUT, MST e CPT), principalmente para o direcionamento de linhas de crédito e políticas voltadas aos agricultores descapitalizados em situação de vulnerabilidade social. Além do PRONAF Especial, destinado aos agricultores **periféricos** foi criado em 1999, o PRONAF B, (BRUNO; DIAS, 2004).

Em 1999, após o fim do PROCERA, houve a incorporação dos assentados ao PRONAF através da criação da linha de crédito PRONAF A. Para Pereira (2005), a grande diferença entre os dois programas esteve na fonte de recursos e no risco assumido pelos bancos com o PRONAF<sup>19</sup>, passando a exigir mais garantias de retorno dos valores investidos criando maiores empecilhos na contratação e liberação do crédito (PEREIRA, 2005).

Este processo veio a ser conhecido com “Pronafização” do PROCERA de modo que a ação limitou a condição dos assentados aos agricultores familiares com terra unificando o conceito sob a égide de uma visão jurídica do termo conforme prescrito no Decreto N° 1.946 de 28 de Junho de 1996, o qual limitava os agricultores familiares ao tamanho de sua propriedade, produtividade e predominância do trabalho familiar. Esta reformulação conceitual objetivava a integração dos assentados às políticas públicas orientadas ao desenvolvimento rural das pequenas propriedades de maneira que as integrassem ao mercado consumidor (PEREIRA, 2005).

Ainda em 1999, o programa divide suas linhas de crédito para atendimento aos agricultores conforme sua produtividade. O grupo “A” ficou formado por assentados da Reforma Agrária, o “B” foi constituído por agricultores com renda abaixo da linha da pobreza, R\$1.500,00 ao ano. O grupo “C” era composto por agricultores em transição e com baixo nível de capitalização, rendas entre R\$ 1.500,00 e R\$ 8.000,00. Por fim, o grupo “D” formado por agricultores mais capitalizados, com renda variando entre R\$ 8.000,00 e R\$ 27.000,00.

A divisão por grupos define a estratificação existente no interior da agricultura familiar, sendo o critério adotado para a definição determinista e linear. O ideal da

---

<sup>19</sup> Os recursos do PROCERA eram subsidiados através dos Fundos Constitucionais sem uma preocupação com o retorno dos investimentos feitos. Já os recursos do PRONAF utilizam-se de uma contrapartida das instituições responsáveis pela contratação do crédito, utilizando de fundos variados como do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do BNDES, Fundos Constitucionais (FNE e FCO), Tesouro Nacional e Exigibilidades Bancárias (PEREIRA, 2005).

estratificação é a migração entre os grupos pelos agricultores que tomam crédito, seguindo uma direção de acumulação, utilização de recursos tecnológicos em consonância com o agronegócio (SILVA et al., 2015).

A partir do ano 2000, o PRONAF passa a ser gerido pelo recém criado Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), aderindo à concepção de “Novo Mundo Rural” ampliando o rol de atividades relacionadas ao rural, financiando atividades não-agrícolas como o turismo rural e a agricultura orgânica (BUAINAIN;ROMEIRO;GUANZIROLI,2003).

O MDA tinha na sua estrutura organizacional a Secretaria da Agricultura Familiar e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável. A criação do Conselho abre espaço para discussão com os movimentos sociais e representações dos agricultores em cada ano-safra, como a CONTAG, FETRAF e MPA-Via Campesina (BIANCHINI, 2015).

A partir do ano safra 2003/2004, o PRONAF passa a fazer parte da agenda outros dois programas do governo, o “Vida Digna no Campo” e o “Fome Zero”. Foi criada a linha “PRONAF Alimentos” que contava com sobreteto de 50% nos empréstimos concedidos para produtos do programa Fome Zero como milho, arroz, feijão, mandioca e trigo. No mesmo, o PAA foi criado como política de comercialização destes produtos para instituições públicas.

Neste mesmo ano safra foi criado o “PRONAF E”, com a inclusão de antigos agricultores atendidos pelo PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural) através da elevação do limite máximo de renda anual para R\$ 110.000,00. Desta feita, o programa dava sinais em concentrar seus esforços em produtores mais capitalizados e mais eficientes no que concerne à produtividade.

Uma novidade na safra 2006-2007 foi a reformulação do conceito de agricultura familiar reconhecida pelo programa através da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, culminando na inclusão de novos atores como os extrativistas, silvicultores, aquicultores, pescadores, indígenas e quilombolas (GRISA, 2012).

Essa lei, de iniciativa do Executivo e validada pelo Legislativo, manteve a distorção sobre o conceito de agricultura familiar apresentado pelos movimentos dos agricultores familiares e grupos de pesquisadores que os assessoravam anteriormente.

Sendo assim, a agricultura familiar se conformou no ambiente institucional como uma categoria social ampla que abarca diferentes processos constitutivos em relação à terra e distintas atividades.

Em comum, a categoria possui as seguintes características: exploração da atividade pela mão-de-obra familiar, podendo contratar terceiros esporadicamente, área de até quatro módulos fiscais, policultivo, atividades agrícolas como principal fonte de renda da família podendo ser complementadas por rendas não-agrícolas (SILVA et al., 2015).

Guanziroli (2007) aponta que nos dez primeiros anos do programa ele se estendeu pelo território nacional, elevou o montante de financiamento, desenvolveu programas especiais para atender os agricultores familiares, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura dos agricultores e dos municípios em que se encontram, tais como a construção de estradas e açudes.

Os valores liberados nos dez primeiros anos ficaram concentrados nas regiões Sul e Sudeste, totalizando 66%, enquanto que na região Nordeste e Norte 29% e 5%, para a região Centro-Oeste, pela especialização e modernização da produção nas regiões sulistas. A seguir estão análises do programa, evidenciando aspectos positivos e críticos ao longo de sua formação.

Seguindo, no plano safra de 2008-2009 foi lançado o PRONAF Mais Alimentos com intenção de financiar a produção de alimentos frente ao cenário da escassez na produção mundial. Para isto, o programa tinha as seguintes diretrizes:

- Ampliação do limite para investimento em R\$ 100 mil, com juros de 2% e 10 anos de prazo;
- Incentivo à mecanização com acordo entre o MDA, a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), de modo que houve desconto na oferta de máquinas e camionetes de até 15% em relação ao preço de mercado.
- Unificação dos grupos C, D e E para uma única categoria, “agricultura familiar”.

Notadamente, no ano safra seguinte, as políticas seguem a tendência de categorização da agricultura familiar para fortalecer o ideal de produtor proposto na Lei da Agricultura Familiar, 11.326 de 2006. De modo que no ano safra de 2009-10 foi criado um Selo da Agricultura Familiar para identificar as famílias que seguiam as diretrizes da lei e das condições do selo como diferencial de mercado.

Na safra 2011-12 as taxas de juros para o Pronaf Investimento e Mais Alimentos diminuíram para 2% e 1% para os financiamentos no valor até R\$ 10 mil. Na tentativa de adequação às diferentes facetas da agricultura, o programa institucionalizou o rebate no valor de até R\$ 10 mil na renda dos agricultores para atividades não agrícolas, permitindo o acesso para agricultores pobres que complementam a renda com outras atividades. Para este público foi disponibilizado crédito de custeio para produtores do grupo “B” desde que estivessem vinculados ao PAA e PNAE.

Outra novidade foi a criação do PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) para agricultura familiar através da SAF-MDA (Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário) com auxílio da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Apesar da CONAB articular com estados e municípios desde 2003 por intermédio do PAA, a novidade neste ano safra foi por conta da execução ser comandada pela SAF-MDA em consonância com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) nas atividades ligadas à segurança alimentar (ALMEIDA, 2014).

Ainda no ano safra 2011-2012 foi criado o “Plano Brasil Sem Miséria”, com a ação Inclusão Produtiva Rural que previa fomento às atividades rurais aos agricultores abaixo da linha da pobreza e beneficiários do PRONAF B através da assistência técnica e repasse de crédito para aquisição de insumos através do cartão do Bolsa Família (MAURIEL; GODINHO, 2015). O ideal, no caso, era identificar possíveis agricultores familiares à luz da Lei da Agricultura Familiar que pudessem fazer jus aos investimentos e pudessem manter um padrão produtivo que os fizessem fornecer para os mercados locais.

No ano safra 2012-2013, os bons preços da agricultura provocaram aumento na demanda por crédito superando pela primeira vez o valor disponibilizando, R\$ 18,6 bilhões liberados ante os R\$ 18 bilhões disponibilizados. Houve um aumento nos limites de crédito das linhas, como do PRONAF “B” para R\$ 15 mil, custeio

agropecuário de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil e do Mais Alimentos de R\$ 100 mil para R\$ 130 mil (BIANCHINI, 2015).

Lançamento de nova modalidade do PAA, o PAA compra institucional, através do Decreto 7.775 de 4 de Julho de 2012 prevê a compra de produtos da agricultura familiar pelos órgãos públicos com dispensa de processo licitatório como forma de fortalecer os circuitos locais de produção e comercialização, promover a diversificação e produção agroecológica de alimentos (BRASIL, 2012).

Seguindo as diretrizes de enquadramento dos agricultores pela produção, no ano safra 2013-2014, a renda bruta anual passa de R\$ 160 mil para R\$ 360 mil sem rebates, as rendas não agrícolas não podem ultrapassar 50% da renda familiar e os rebates dos pluriativos podem ser de, no máximo, R\$ 10 mil. O limite para investimento passou de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil, com diferença nos tetos por modalidade de produção, R\$ 300 mil para suinocultura, avicultura e fruticultura.

O limite para custeio saltou de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil, o PGPAF passou a cobrir mais de 49 produtos e o PAA teve redefinições nos valores, passando para R\$ 4,5 mil para operações individuais, R\$ 6,5 mil coletivas e R\$ 8 mil para produtos da agroecologia e da sociobiodiversidade.

Na safra seguinte, as principais medidas do plano 2014-2015 foram a criação do PRONAF Produção Orientada, linha voltada para os agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contando com assistência técnica gratuita inserindo no crédito de R\$ 1.100,00 por ano, o Nordeste e Centro-Oeste e R\$ 1.500,00 para a região Norte em três anos.

Criação de um novo crédito produtivo para a Reforma Agrária com apoio inicial de R\$ 5,2 mil com bônus de 90% para adimplência e fomento mulher de R\$ 3 mil com bônus de 80%, investimentos pelo PRONAF A de até R\$ 25 mil com bônus de 40% e três operações de custeio até R\$ 7,5 mil.

Incentivo à agroecologia com a criação do custeio para a produção agroecológica, redução na taxa de juros de investimento para 1% ao ano e bônus maior no PGPAF. A Lei 12.897 de 18 de Dezembro de 2013 oficializa a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com regulamentações específicas

para ATER às mulheres, passando a atender no mínimo 50% nas suas chamadas, e direcionando atendimento a 120 mil produtores agroecológicos.

Para o ano safra 2015-16, as mudanças foram nas taxas de juros, com elevação das taxas passando a 2,5% nas operações de custeio e investimento até R\$ 10 mil, de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil para 4,5% e de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil para 5,5%, resumidas no Anexo 1. Houve ampliação no mercado institucional do PAA com cota de 30%, no mínimo, para as compras de alimentos da administração federal.

A configuração das famílias quanto à produção ficou parametrizada nos modelos das DAP, levando em conta que a UFPR (Unidade Familiar de Produção Rural) mantém índices produtivos carecendo de um modelo que irá direcioná-la linhas de crédito.

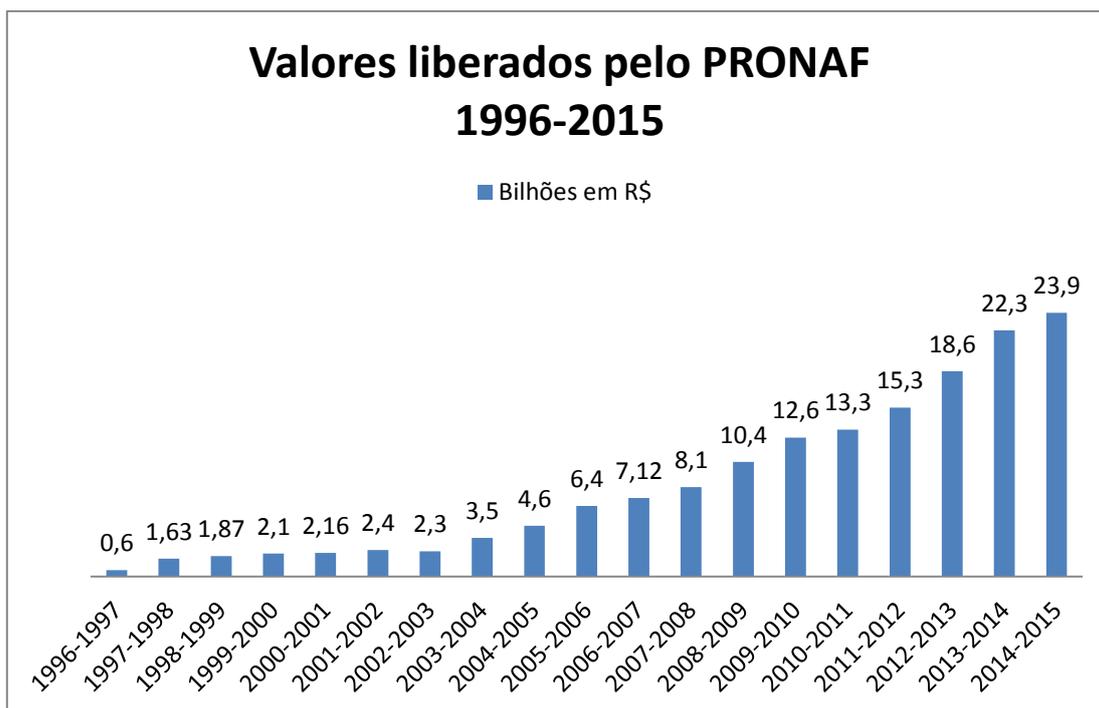
Quadro 1 – Modelos e características da DAP

<b>MODELO DA DAP</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO-ALVO</b>
1.9.1	UFPR beneficiárias do Programa Nacional da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário;
1.9.2	UFPR com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00;
1.9.3	UFPR com renda bruta anual superior a R\$ 20.000,00 até R\$ 360.000,00;
2.0	Filho(a)s das UFPR detentores da DAP de qualquer modelo;
2.1	Mulheres agregadas na UFPR com DAP emitida de qualquer modelo;
3.2	Pessoa Jurídica (PJ) composta por agricultores familiares detentores da DAP de quaisquer modelos;
3.3	Cooperativas Centrais compostas por Cooperativas Singulares de Agricultores Familiares;

*Fonte:* Elaborado pelo autor a partir de BRASIL, MDA, 2014.

Nos vinte primeiros anos do programa foram liberados mais de R\$ 160 bilhões em mais de 27 milhões de contratos, sendo pouco mais de 50% para operações de investimento e o restante em operações de custeio e comercialização. Abaixo seguem os gráficos com os valores e o número de contratos liberados ao longo dos anos safras.

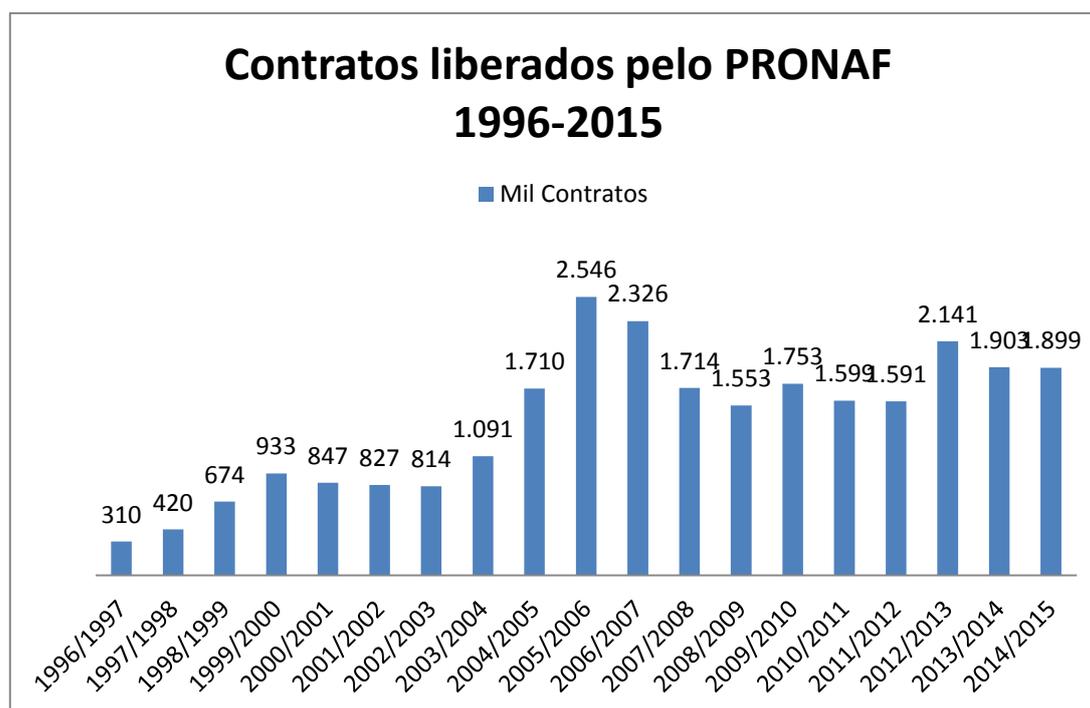
Gráfico 1 – Valores liberados pelo PRONAF



*Fonte:* Elaborado pelo autor a partir de Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).

A evolução no número dos recursos liberados pelo PRONAF se deve a um conjunto de mudanças ao longo do programa como a redução nas taxas de juros, expansão do prazo de pagamento, aumento do limite por operação de crédito, diversificação do público atendido e criação de linhas específicas para este público, aumento dos municípios abrangidos, em torno de 97%, aumento da renda para fins de enquadramento, fortalecimento social e econômico da agricultura familiar com maior relacionamento deste público com as políticas públicas e sistema bancário e diversificação das fontes de financiamento com crescente participação dos recursos obrigatórios, aumento na utilização dos Fundos Constitucionais (GRISA, 2012).

Gráfico 2 – Contratos liberados pelo PRONAF

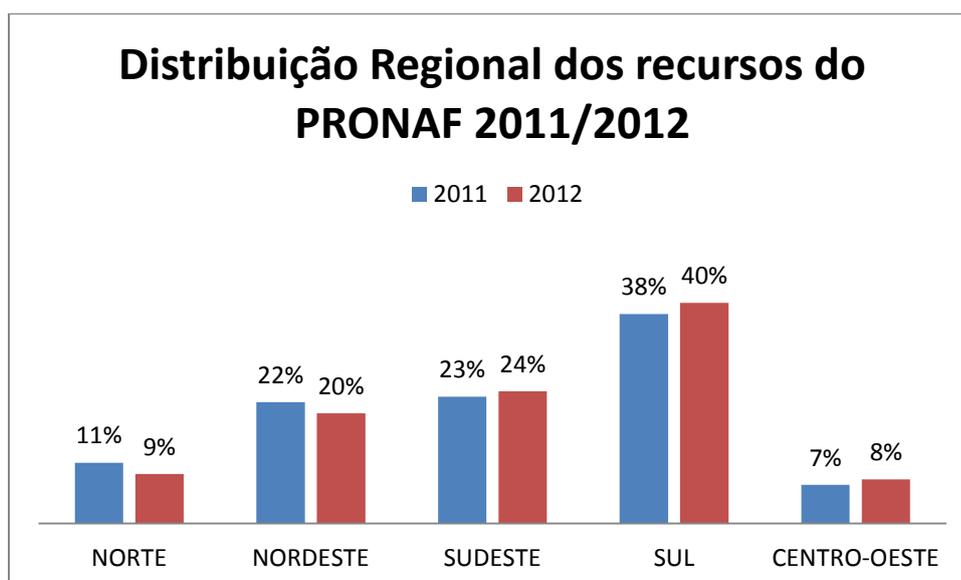


*Fonte:* Elaborado pelo autor a partir de Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).

Apesar da evolução no montante liberado e no número de contratos, o PRONAF continua concentrando os volumes de recursos nas regiões Sul e Sudeste do país. Entre os anos de 1996 a 2008 quase metade dos valores (47%) foram direcionados para a região, no mesmo período, as regiões Nordeste e o Sudeste,

Para Aquino (2009) a situação reflete-se na distribuição regional dos recursos do programa com quase metade do valor (47%) entre os anos de 1996 a 2008 liberados para a região Sul. No mesmo período, o Nordeste e o Sudeste, regiões que concentram respectivamente o maior e o terceiro maior contingente de agricultores familiares receberam 20 e 19% dos recursos. Abaixo segue o gráfico 3 que reflete situação semelhante entre os anos de 2011 e 2012.

Gráfico 3 – Distribuição Regional dos recursos do PRONAF 2011/2012



*Fonte:* Elaborado pelo autor a partir de Banco Central do Brasil. Dados disponíveis em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).

Na safra 2014/2015, dos R\$ 23,9 bilhões 50% foram destinados para a região Sul em 28% dos contratos liberados, seguido pela região Sudeste com 20% dos recursos aplicados em 15% dos contratos. Um dado interessante é que 49% dos contratos são liberados para região Nordeste, deste montante a região só se beneficia com 15% dos recursos, fato explicado pela concentração de agricultores familiares beneficiários do PRONAF B, no qual o valor por contrato é inferior às outras linhas de investimento (BIANCHINI, 2015).

Para Silva et al. (2015) a concentração de liberação na região centro-sul ocorre pela proximidade da agricultura familiar com a de mercado, caracterizando-se como uma agricultura integrada com a agroindústria, faz uso de moderna tecnologia, especialização produtiva geralmente *commodities*, além da diversidade de modos na distribuição da produção, por exemplo, as redes de varejo, entrepostos, CEASA e cooperativas.

Seguindo, os autores creditam o objetivo central do programa o aumento da produção aos agricultores com maior capacidade de absorver a tecnologia existente, dando respostas rápidas aos investimentos. Sendo assim, a política pública segue as diretrizes da estrutura agrária existente beneficiando agricultura poupadora de mão-de-obra, que utiliza grandes extensões de áreas e tecnologia avançada.

O PRONAF, no âmbito institucional, é encarado como uma política de compensação para tratar de anomalias históricas na construção social e reparar os privilégios de uma parcela de agricultores num modelo de desenvolvimento que expôs a agricultura familiar às margens do processo. Além da inserção social, o PRONAF tem por objetivo a indução para a produção de alimentos, entretanto as práticas da sua política corroboradas pelos dados acima apontam para uma tendência em incentivar a produção de *commodities*, minimizando suas diretrizes (HENIG; SANTOS, 2016).

Para os autores, apesar desta diligência, o PRONAF pode ser considerado como uma válvula motriz na conquista da cidadania pelos agricultores familiares, pelo reconhecimento da categoria, por proporcionar equiparação dos meios de produção em relação ao agronegócio, promovendo oportunidades de inclusão e assegurando direitos.

No próximo item, veremos que apesar das conquistas e da amplitude que o programa atingiu, existem divergências com relação ao seu proposto que merecem destaque e acabam por influenciar nos resultados, alterando o paradigma inicial do programa.

### **2.3 PRONAF: Perspectivas e bloqueios**

As pesquisas em torno da criação do programa para a definição da agricultura familiar brasileira fizeram o diferencial no seu desenvolvimento, apontando para resultados satisfatórios sob a meta estipulada pelo governo na geração de empregos e renda, porém com pontos que sugerem reformulações quanto ao público atendido, quanto ao público potencial e que carece de investimentos tanto da ordem do crédito, quanto da assistência técnica, além da dinâmica do processo de contratação e liberação das operações.

Para Guanzioli (2007) nos dez primeiros anos, o programa se estendeu por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias como resposta a movimentos sociais, reforçou a infraestrutura dos agricultores e dos municípios em que se encontra.

Porém, como crítica está o direcionamento dos investimentos para agricultores capitalizados, ditos de transição, que estão inseridos na lógica produtivista, de acumulação, associados ou cooperados, suscetíveis ao consumo de insumos e máquinas

agrícolas, especializados em produtos voltados ao mercado externo como soja e milho, prevendo que estes pudessem honrar com seus compromissos reembolsando os investimentos públicos (CARNEIRO, 1997).

Para Kageyama (2003) o uso do crédito rural do PRONAF na década de 90 mostrou-se fortemente associado à elevação do uso tecnológico e à produtividade agrícola, requerendo dos seus usuários maior especialização da produção, uso intensivo de agrotóxicos e necessidade de acompanhamento da assistência técnica. Portanto, o programa, inicialmente, incentivou produtores com maiores capacidades de especialização e de pagamento como forma de guiar outros agricultores familiares a utilizarem o crédito, investirem e almejem índices de produtividade maiores.

Para Guanzirolí (2007), 49,8% dos agricultores familiares brasileiros utilizam a força manual na produção culminando em baixa produtividade, produção diversificada e pouco especializada, além de acesso restrito ao mercado. Este público possui tendências de se tornar inadimplentes nas operações de crédito que tomarem, cabendo ao programa, inicialmente, ações que privilegiassem aspectos ligados à infraestrutura dos municípios, saúde, educação com interesse assistencialista para promover o desenvolvimento econômico dos agricultores e da região.

De fato, o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais atuou no período de 1997-2002 oferecendo financiamento com recursos não-reembolsáveis aos governos municipais para investimento em implantação de sistemas de abastecimentos de água, geração de energia, transporte, venda coletiva. Todavia, entraves foram observados quanto à seleção dos municípios beneficiados levando em conta aspectos de vinculação partidária a necessidade de investimentos, além da burocracia para apresentação dos projetos (HESPANHOL, 2006).

A presença do PRONAF na estrutura de governo fez parte das ações da “Comunidade Solidária”<sup>20</sup>, atuando conforme diretrizes do Banco Mundial em relação à miséria, no caso a política agrícola deve se organizar conforme oscilações do mercado, cabendo ao Estado atuar no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento de infraestruturas, conselhos que permitem aproximação dos agricultores e canais que permitam firmar metas para inclusão social, aumentar de produtividade e ter inserção nos mercados locais e regionais (MARQUES, 2004).

---

<sup>20</sup> Programa criado pelo Decreto 1.366, de 12 de Janeiro de 1995, que movia ações no sentido de promover a produção de alimentos no país, atuando na melhora das infraestruturas urbanas e rurais (MARQUES, 2004).

Seguindo, o autor crítica a estratégia adotada diante dos resultados apresentados por manter os vícios das políticas assistencialistas, desestimulando o desenvolvimento das atividades produtivas. Notadamente, o caminho seguido pelo programa teve dificuldades em promover o desenvolvimento dos agricultores de baixa renda, gerando entraves que serão discutidos e cobrados pelos movimentos sociais, em especial a CONTAG, a fim de estabelecer políticas apropriadas a este público (GRISA, 2012).

Desta feita, o programa se demonstrou ineficiente com relação à inserção produtiva da agricultura familiar, mantendo a “modernização conservadora” apoiando produtores especializados, mecanizados e inseridos no mercado. Apesar de mudanças e inovações, o programa não contemplou efetivamente todos os setores da agricultura familiar reproduzindo no público beneficiário características do crédito rural tradicional. Para Aquino (2009) a escolha por este perfil de agricultores passa pelo crivo dos bancos financiadores, já que estes são mais propensos a cumprir com as exigências de garantia e contrapartida bancária.

Na safra 2003/2004, com a criação do grupo “E”, a produtividade máxima dos produtores beneficiários do programa passa de R\$ 30 mil para R\$ 110 mil ao ano, elevando o número de agricultores propensos a tomarem créditos com capacidade de oferecerem aos bancos garantias reais e contrapartidas, atraindo outros profissionais que possuem rentabilidade agrícola a consumirem os recursos governamentais subsidiados.

Para Bittencourt (2003) a assunção do risco pelos bancos na liberação dos créditos do PRONAF fortaleceu as instituições financeiras a selecionar seus clientes. Desta forma, seleciona projetos na intenção de minimizar riscos, garantir maiores *spreads*<sup>21</sup> e diminuir o percentual de inadimplência do programa.

Por outro lado, quando houve uma ampliação do programa às populações mais pobres, caso do PRONAF B em 1999, os bancos recebiam do Tesouro contrapartidas financeiras como pagamento pelas operações, gerando desinteresse em acompanhar o uso de crédito, se realmente estava sendo empregado nas atividades rurais inviabilizando, em muitos casos, seu propósito de desenvolvimento. Desta maneira, o crédito deixa de ter o viés transformador, com capacidade de alterar as condições

---

<sup>21</sup> Diferença entre taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito. Representa também a diferença entre o preço de compra e de venda de título ou moeda. Especifica o prêmio adicional que deve ser pago por um devedor em relação a uma taxa de referência. O spread varia de acordo com a qualidade de crédito do emissor, o prazo, as condições de mercado, o volume e a liquidez da emissão ou empréstimo (BRASIL, BACEN, 2015).

produtivas e comerciais do local induzindo a inadimplência pela baixa ingerência no uso e no retorno do valor para o Tesouro (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

Ainda dentro da lógica produtivista exigida dos agricultores pelo programa, Aquino; Schneider (2010) revelam uma contradição gerada pelo PRONAF já que a inserção mercantil e a especialização produtiva acarretam a vulnerabilização da produção para o autoconsumo levando, em alguns casos, a situações de insegurança alimentar das famílias. Apesar do discurso do programa induzir para uma agricultura diversa em alternativa ao modelo de mercado, o recurso captado é aplicado na produção indicada no projeto técnico apresentado ao banco devendo ser a fonte de renda para o reembolso do crédito tomado, fazendo com que o esforço produtivo da família se concentre nesta produção.

No processo de contratação do crédito são encontrados entraves no que diz respeito ao cumprimento das exigências burocráticas para a aptidão ao crédito e bancárias. Para se tornarem beneficiários do programa, os agricultores familiares têm que preencher quesitos como produtividade compatível no ano-safra, atualmente R\$ 360 mil ao ano, serem proprietários, arrendatários, posseiros, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas de propriedade inferior a quatro módulos fiscais, obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária, residam na propriedade ou local próximo de acordo com as características geográficas regionais e apresentar as garantias exigidas pelo banco responsável pela contratação (BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Exigências que parecem inacessíveis à condição dos posseiros, cuja luta pela terra tem, na resistência e na busca por melhores condições de reprodução social, elementos da identificação social.

Para Marques (2004) a concorrência entre os interesses específicos dos agentes, agricultores e instituições financeiras criam campos de disputas, gerando entraves e imposições de poder por mais que o programa seja normatizado. Neste ponto, os interesses dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e dos bancos se sobrepõem ao dos agricultores, de modo que impõem diretrizes que dificultam o acesso, principalmente com relação à classificação e viabilização da produção, influenciando na entrega do documento de aptidão.

A DAP credita aos agricultores o acesso e aptidão não só ao PRONAF, mas em outras políticas públicas como PAA e PNAE. Portanto, a declaração de aptidão é de importância extrema por qualificar legalmente o agricultor como familiar e habilitá-los

a se tornarem beneficiários de políticas públicas, requerendo, assim, cuidados e zelo dos agentes emissores do documento<sup>22</sup> para não cometer injustiças com quem necessita do documento, ou mesmo destinando a aptidão a quem não pode ser considerado apto (MDA, 2014).

Diante do cenário que envolve diversos interesses, Jorge; Souza (2003) expõem que muitos agricultores familiares utilizam de “margem de manobra” para romper com a burocracia imposta na contratação do crédito, seja na concessão dos documentos solicitados, nas garantias exigidas, nas recomendações da assistência técnica ou na finalidade do crédito, por vezes utilizadas diferentemente das expostas no projeto entregue à instituição financeira.

Para Guanzioli (2007) agricultores associados ou cooperados tiveram maior facilidade para acessarem o crédito rural por conhecerem o processo de contratação, terem proximidade com os técnicos responsáveis pela emissão da documentação necessária para a contratação e com funcionários do banco, demonstrando-se como uma estratégia para fazer valer seus interesses.

Para Verges (2011) algumas estratégias adotadas pelos assentados não são prósperas para a sua manutenção na propriedade. A autora analisou três assentamentos no pontal do Paranapanema-SP no ano de 2010 contendo 122 famílias das quais cerca de 20%, tiveram dificuldade em acessar o crédito por serem produtores iniciantes e não possuírem garantias suficientes, arrendaram suas propriedades para uma usina de açúcar e álcool da região em troca da usina avaliar seu crédito do PRONAF. Relata que a maioria dos arrendatários não fizeram uso do dinheiro do financiamento, transferido para a usina plantar a cana, e, no vencimento do financiamento, não conseguiram honrar o valor tomado tendo que ceder a terra para o pagamento.

A descrição de Verges (2011) corrobora com Bruno; Dias (2004) no sentido que o crédito rural é importante para os assentados investirem nas suas propriedades no momento em que recebem as terras, quando a maioria tem poucos recursos para investirem para iniciar uma lavoura, porém encontram dificuldades de financiar seus

---

<sup>22</sup> Os órgãos responsáveis pela emissão da DAP são o INCRA, Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), Instituições Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), CONTAG, FETRAF, ANPA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CAPB), ITESP, FUNAI, Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), Confederação Nacional dos Pescadores, Fundação Cultural Palmares, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu (AMIQCB), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Associação Camponesa Nacional (ACN) e Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) (MDA, 2014).

projetos perante as instituições financeiras responsáveis pela contratação por exigirem garantias, produção em andamento e especializada.

Portanto, o crédito rural do PRONAF pode ser questionado pelo acesso aos beneficiários mediante as necessidades dos agricultores familiares nas suas diferentes facetas, já que os entraves existentes no processo de contratação e a tomada de estratégias que escapam às normas convencionais pelos agricultores sugerem que a política não consegue cumprir com suas reais necessidades.

Vale ressaltar que uma política de desenvolvimento rural não deve ficar restrita ao acesso do crédito produtivo, deve vir acompanhada de maior acesso ao conjunto de políticas que constroem a cidadania como a saúde, educação, cultura e acesso à informação; além da assessoria técnica no sentido de manter bom planejamento da produção, apoio nos financiamentos e diálogo entre os conhecimentos técnico e ambiental (SILVA et al., 2015).

O quadro síntese abaixo representa os autores abordados neste capítulo, tratando de maneira linear conforme proposto no decorrer do texto os autores e seus principais pontos de vista, separados em positivos e negativos.

Quadro 2 – Quadro síntese dos autores sobre PRONAF

<b>Autor</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
Guanziroli (2007)	Nos dez primeiros anos do programa (1995-2005) houve expansão do programa sobre o território nacional, auxiliando no desenvolvimento das infraestruturas dos municípios beneficiados;	Crédito voltado para agricultores capitalizados mais suscetíveis ao consumo de insumos químicos e máquinas agrícolas;
Kageyama (2003)	PRONAF na década de 90 elevou a produtividade da agricultura familiar pelo incentivo à modernização de	Incentivo maior aos agricultores com maior capacidade produtiva;

	práticas agrícolas;	
Hespanhol (2006)	Criação da linha Pronaf Infraestrutura que incentivou entre os anos de 1996-2002 a ampliação da infraestrutura nos municípios;	Dificuldade de alguns municípios em receber os recursos por divergências partidárias entre os administradores do município e do recurso;
Grisa (2012)		Dificuldade do programa em prover de crédito agricultores de baixa renda;
Bittencourt (2003)		Programa prevê a assunção dos riscos das operações de crédito pelas instituições financeiras, refletindo-se no processo de seleção dos agricultores;
Aquino (2009)		Instituições financeiras selecionam agricultores com perfil semelhante ao do agronegócio, especializados, capitalizados com capacidade em oferecer garantias e reciprocidade bancária;
Aquino; Schneider (2010)		O incentivo do programa à especialização e acesso ao mercado leva à vulnerabilização do autoconsumo;
Marques (2004)		Concorrência entre os interesses dos atores envolvidos no programa (agentes, agricultores familiares e instituições

		financeiras) criam disputas internas por mais que as normas estejam institucionalizadas;
Bruno; Dias (2004)		Dificuldade dos agricultores iniciantes em conseguir o crédito, justamente no momento em que mais necessitam;

*Fonte:* Elaborado pelo autor com base revisão bibliográfica.

### 3. RESULTADOS: espaço e trama dos sujeitos sociais

#### 3.1 Trajetória social e Território

O Figueira Branca fica localizado em Pirajuí-SP, cidade com população de 22 mil conforme Censo de 2010<sup>23</sup>, localizada no Centro-Oeste paulista distante 386 Km da capital do estado.

Figura 1 - Mapa do Estado de São Paulo com realce para a localização de Pirajuí-SP



Fonte: IBGE. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

A parte estrutural da área onde fica localizado o Figueira Branca foi descrita pela percepção do pesquisador, de modo que o Figueira Branca está à margem da vicinal Anibal Haman no município de Pirajuí-SP, trecho conhecido como “estrada da penitenciária” justamente por ligar a área urbana do município à penitenciária estadual

---

<sup>23</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Luiz Gonzaga Vieira. A estrada da vicinal é mantida pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo), juntamente com as cercas que limitam o acesso do Figueira Branca. Nas oportunidades que tive de visitar o local estas infraestruturas estavam bem mantidas, mesmo em épocas de chuva, supostamente por ser o único acesso viário asfaltado de ligação com a penitenciária.

A área do Figueira Branca faz divisa com o assentamento Vitória e com outros agricultores. Na região são encontradas diversas propriedades rurais, formada por pequenas propriedades com predominância familiar e culturas diversificadas, com destaque ao cultivo de olerícolas em estufas e criação de gado leiteiro.

Saindo do perímetro urbano seguindo pela vicinal, primeiro encontra-se o assentamento Vitória localizado a pouco mais de dois quilômetros enquanto o Figueira Branca está há pouco mais de três. Posição que facilita o acesso aos serviços públicos oferecidos no município como escolas, hospital e pronto-socorro, rede bancária, correios, comércios, participação em políticas públicas e escoamento da produção para o mercado local e regional.

Todos os lotes do Figueira Branca contam com energia elétrica, água através da perfuração de poços semi-artesianos e do esgoto pelas fossas sépticas. As estradas rurais são mantidas pelos posseiros e pela prefeitura, que auxilia na nivelção e consertos de buracos que se abrem, principalmente em períodos chuvosos. Na visão deste pesquisador, as condições estruturais da área dos lotes são propícias para o desenvolvimento produtivo por permitir aproximação com o mercado consumidor de seus produtos, além da proximidade com a área urbana permitindo maior assistência em relação aos serviços públicos.

Figura 2 – Vista aérea do Figueira Branca



*Fonte:* “Google Earth”, sem escala definida

Os posseiros do Figueira Branca contam atualmente com 10 famílias com perspectiva de abertura de um lote para uma décima primeira. O processo de ocupação começou em 2011 pela descoberta de integrantes do MST de que a prefeitura havia ocupado uma área de 90 hectares para instalação do aterro sanitário, abrindo precedentes para uma maior investigação do grupo.

De início, o coordenador do núcleo urbano do MST foi até a prefeitura e cartório de registro de imóveis para maiores informações quanto à área e, como resultado, descobriram que esta era considerada como não produtiva pela ausência de emissão de notas fiscais de venda de produção nos últimos vinte anos, além de estar com ITR (Imposto Territorial Urbano) e CCIR (Certificado do Cadastro Rural) em atraso.

Diante das informações o grupo planejou a ocupação com as dez famílias selecionadas pelo MST através do cadastro de famílias que o movimento mantém nos municípios da região (Presidente Alves, Balbinos, Guarantã). As reuniões do núcleo urbano do MST ocorriam na casa considerada sede do assentamento Vitória, que faz

divisa com a área do Figueira Branca, num prédio que pertencia à extinta CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e que foi incorporada pelos assentados.

O grupo formado inicialmente contava com quatro agricultores que estavam assentados no estado de Mato Grosso, mas que mantinham vínculos familiares na região, além de mais cinco famílias que arrendavam terras na região e por uma família que trabalhava como colono numa fazenda próxima, que moram e trabalham na cidade como serviços gerais.

Das famílias assentadas no Mato Grosso, duas estavam arrendando terras na região para voltarem e auxiliarem no processo de ocupação da área, as outras duas vieram após o início da ocupação com a promessa de retomarem caso não desse certo a ocupação.

Para Martins (2003) a atuação do MST age no sentido de homogeneizar o grupo, minimizando os efeitos das diferenças ideológicas e políticas, na tentativa de criar ações e valores coletivos. Com relação ao processo de ocupação de terras, no sentido da ação do grupo, por mais que o discurso esteja afinado com a questão da justiça social que suas ações poderão oferecer, o ato de ocupação gera resistência em alguns indivíduos por entenderem que a ação é ilegal, por mais que a legitimem como moral.

Em meados de 2011 as famílias de arrendatários da região, juntamente com as duas assentadas, construíram barracos feitos com lonas e outros materiais plásticos, onde passavam a noite após trabalharem na propriedade que arrendavam. Depois de dois meses de ocupação, as famílias que estavam no estado do Mato Grosso se juntaram ao grupo ocupando a área por tempo integral começando a produzir roças para a subsistência e a criar animais como galinhas, carneiros e vacas.

Interessante relatar na formação do grupo elementos que irão marcar a identidade social do grupo, como a proximidade com os assentados da região e a escolha por agricultores com experiência e posse de meios de produção. O grupo de assentados do Assentamento Vitória teve influência durante o processo de posse, auxiliando na concessão de espaço para reuniões, com ferramentas, água, enfim, como suporte para as famílias que estavam sob barracas no início da ocupação.

Como já dito, este grupo teve origem em agricultores vinculados ao MST, ou seja, sem-terra como os vizinhos assentados. Houve um intercâmbio de experiências

entre os assentados e posseiros, mesmo anteriormente a estas ocupações, criando laços que contribuiriam para o desenvolvimento dos grupos.

Para Martins (2003) mesmo diante das especificidades da trajetória de cada família, das suas experiências com o trabalho rural, o desejo pela posse da terra surge como elemento comum entre estes agricultores sem-terra tornando-se elemento de reconhecimento dos indivíduos dentro do grupo e com outros grupos de agricultores sem-terra. De modo que nos contatos iniciais que tive com as famílias do Figueira Branca estes se autodenominavam de sem-terra e como assentados, aproximando-se dos assentados da região, criando uma rede de atores importante para o futuro do grupo.

Conforme tratado por Feliciano (2015), a luta dos sem-terras, no final dos anos 1990 e início dos 2000, se dão, geralmente, num momento posterior às lutas dos posseiros, quando estes, expropriados das terras, resolvem se unir, juntamente com outras categorias de trabalhadores, em movimentos que criticam a legalidade da terra a ser ocupada. No caso estudado, houve uma situação inversa, já que agricultores sem-terra participantes do MST decidem ocupar a área na condição de posseiros, adotando práticas de ocupação comuns do movimento, criticando a legalidade da terra, inclusive com pedidos judiciais para requerer uma ação de usucapião.

Após seis meses de ocupação decidiram manter-se na propriedade depois de consultarem a Câmara Municipal, o cartório de registros de imóveis, a CPT, o próprio MST e tentativas de contato frustrada com o proprietário do imóvel. Optaram por pagar os impostos federais em atraso (ITR e CCIR), fizeram as divisões da propriedade em dez lotes e entregaram às famílias para que começassem a produzir e construir moradias.

A propriedade possui 90 hectares, sendo 18 hectares ocupados pela área do aterro sanitário, a estrada municipal que leva ao aterro, matas ciliares e uma Reserva Florestal. A divisão dos lotes foi efetivada para que ficassem com área produtiva semelhante, ou seja, 7,2 hectares, porém no processo de divisão houve desentendimento entre o grupo a respeito dos lotes visto, dada a irregularidade do terreno e a proximidade com a rodovia.

Uma família acabou deixando o lote por não concordar com a política adotada na divisão sendo substituída por outra que estava cadastrada junto ao núcleo do MST. A nova família também era formada por arrendatários do município que possuíam experiência com a pecuária leiteira.

Ao longo deste processo de planejamento e execução das ações, as singularidades afloram em relação aos objetivos do grupo, podendo atuar de forma positiva ou negativa. Em algumas situações, dependendo da atuação de atores com suas proposições políticas e ideológicas, a unicidade e o enfrentamento dos conflitos poderá favorecer a permanência do grupo.

O fato de os grupos formados com fins de ocupação de terras não serem, na sua maioria, comunidades autênticas, com laços de formação que transcendam gerações, torna a identidade do grupo vulnerável, por vezes presentes apenas na euforia da ocupação. Em outras situações, novos laços são criados favorecendo expressões de solidariedade social.

As mudanças das famílias nos lotes revelam no grupo um senso de propriedade da terra paralelo aos ideais jurídicos, com demarcação e gravação em títulos registrados em instituições legais, mas sob um tratamento histórico existente na prática social do grupo resultante da dinâmica das práticas sociais, dos conflitos, podendo ser fruto de aquisição financeira somente após a aprovação do grupo sob a ótica do histórico como agricultor, senso de coletividade, pertencimento a movimentos sociais e influência que o indivíduo pode trazer em novas negociações com outros atores.

O processo de ocupação através de lonas trouxe desconfiança aos agricultores vizinhos que tinham receio de possíveis investidas do movimento, temendo que suas terras pudessem ser ocupadas.

Ficaram conhecidos na vizinhança como “moradores do lixão”, pela proximidade dos lotes com o aterro sanitário do município e como forma de denegrir suas imagens e do movimento. Como parte da identidade do grupo o nome não agradava aos agricultores e numa das reuniões do grupo decidiram atribuir um nome que demonstrasse alguma característica ao grupo que pudesse ser marcante

Nos relatos colhidos contam que o nome veio em homenagem à vistosa árvore localizada na estrada que liga os lotes e que os abrigava do sol nos dias das reuniões, a Figueira Branca. A construção da identidade demonstra a ação do grupo para visualização de um ícone simbólico que reunisse aspectos que denotem particularidades em comum e, assim, atribuir características que permitam a sua singularidade enquanto grupo social.

Ficar conhecido como moradores de uma área de lixão não é bem quisto e, portanto, a solicitação da alteração do nome de modo conjunto, decidido em assembleia, ressalta a importância de formação da identidade grupal, sua construção e implantação.

Com orgulho, um agricultor me disse que nas suas correspondências já vem como “bairro da Figueira Branca”.

Para Chagas (2014) a identidade do grupo ocorre por intermédio de fatores como o histórico de lutas e permanência na terra, a origem das famílias, relação com o poder local e reconhecimento social podendo se materializar em símbolos que irão permear a trajetória do grupo social, no nosso caso, a árvore.

A formação territorial do Figueira Branca tem a ver com as ações dos indivíduos durante seu processo de formação. Para Santos (2014), a localização das pessoas no território é produto das forças de mercado e decisões do governo, através da sanção governamental sobre aspectos legais de determinadas áreas e no provimento de condições estruturais que atraem os indivíduos para determinadas localidades para proverem suas ações econômicas.

A experiência que tiveram no local, de lutas, resistência e reprodução social, esclarece-se por meio da práxis destes indivíduos no espaço e no transcorrer do tempo, sintetizando elementos fundamentais para demonstração da lógica da organização social.

No caso do Figueira Branca, seus atores se depararam com a oportunidade de tomar posse de um território com potencialidade de desenvolvimento econômico devido às condições estruturais do local, pela proximidade da área urbana, de rodovia vicinal que liga a outras propriedades rurais e da penitenciária. Além da condição estrutural, a área atraiu a atenção do grupo em vista da situação jurídica da área em um processo hereditário, complicado, além dos impostos em atraso e por não serem consideradas terras produtivas.

As condições e as perspectivas do local atraíram um grupo com ideais semelhantes na busca da constituição de um espaço, de um território onde pudessem impor suas diretrizes e, assim, vislumbrar seu desenvolvimento. A constituição deste espaço imprime condicionantes que limitam o raio de ação e anseios sociais destes grupos, refletindo marcas da sociedade que o circunda. Desta forma, um grupo social formado por trabalhadores sem-terra com base em informações privilegiadas pôde ocupar uma área e iniciar atividades para o desenvolvimento social das famílias e do grupo.

Portanto, o processo de ocupação e formação do território do Figueira Branca teve de um lado, uma propriedade rural, com características estruturais que viabilizam o desenvolvimento econômico e de outro lado um grupo de famílias de trabalhadores

rurais sem terra que detinham na posse da terra um norte para o seu desenvolvimento social, permeado por condicionantes jurídicos que atestará ser esta propriedade rural ser classificada como improdutiva, portanto, com condições de ser cedida para fins de reforma agrária.

Como possuíam experiências como agricultores e pecuaristas logo começaram a produzir nos lotes. Contam que as primeiras produções eram para consumo da família e trato do gado leiteiro, comercializando o excedente nos mercados locais e o leite para laticínios da região através de contratos de parceira firmados entre os laticínios e agricultores da região por intermédio da ASPRAVI<sup>24</sup> (Associação dos Agricultores do Assentamento Vitória).

As vendas de leite para os laticínios exigiam a tirada de nota fiscal servindo como mote para a busca da regularização da situação fundiária da área. Com auxílio do MST, da CPT, da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal foi emitida a Declaração de Posse Mansa e Pacífica com timbre da prefeitura indicando que no movimento de ocupação da área não exista nenhuma revelia que pudesse se opor ao processo de ocupação.

Este documento abre portas para o processo de legalização da área, visto que cada lote recebeu uma via com o nome da área, tamanho e delimitação, além de indicar o início da ocupação dando publicidade ao ato para futuros requerimentos na justiça por usucapião.

Neste momento as ações de atores externos ao movimento foram importantes para continuidade das ações do grupo e para indicar os caminhos para a legalização da área. Conforme já dito, o grupo surge do movimento do MST na cidade, selecionando agricultores através do cadastro mantido pelo movimento. O líder foi o coordenador do núcleo urbano conhecido agricultor da região que esteve em outros processos de ocupação no estado do Mato Grosso.

Junto com o MST e seus membros locais estiveram presentes no processo de ocupação membros da CPT, em especial o padre coordenador da comissão no município de Promissão. Sua atuação foi orientar na formação do grupo, no processo de ocupação

---

<sup>24</sup> Juntaram-se aos agricultores familiares do assentamento de área vizinha, assentamento Vitória, para constituição e sedimentação de uma associação de produtores rurais para que houvesse, juntamente com outros agricultores familiares da região, maior poder de barganha na concessão de contratos com os laticínios. A ASPRAVI foi formada nos mês de Dezembro de 2011, inicialmente com os assentados do Vitória e os posseiros do Figueira Branca, para posteriormente absorver agricultores familiares da região. As eleições dos dirigentes são bianuais, atualmente o presidente é o líder do Figueira Branca e a tesoureira uma assentada do Vitória.

e ações assistencialistas no intuito de suprir necessidades das famílias quanto a mantimentos e meios de produção.

Tentaram novas aproximações dos proprietários juntamente com a direção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o MST, mas descobriram que haviam falecido, deixando como herdeiro um único filho que estava interdito pela justiça. No final do ano de 2014, conseguiram contato com um curador do solicitando uma reunião para demonstrarem a situação e proporem um acordo. Porém, as propostas não agradaram às partes com o curador ameaçando recorrer à justiça para a retirada da posse mansa e pacífica.

Após novos encontros, foi tratado um acordo de compra da área via PNCF com valor estipulado pelo preço de mercado na época do pagamento, no entanto não foi descartada pelos posseiros a possibilidade de tentativas por vias legais da conquista da posse por meio de usucapião.

Em nova reunião, foram expostos pelos advogados do MST e CPT que a terra estava em situação irregular anteriormente à chegada dos posseiros, ou seja, com impostos em atraso e sem produtividade registrada nos últimos vinte anos sendo passível de encaminhamento à reforma agrária. Foram levantados documentos que comprovam as tentativas de contato sem sucesso com os proprietários, os pedidos de regularização via INCRA e financiamento pelo PNCF<sup>25</sup>, além da infraestrutura construída com recursos dos posseiros, de modo que este conjunto de fatores dificultaria tentativas de retomada da posse pelos proprietários sem que um acordo fosse tentado entre as partes.

O pedido do financiamento foi encaminhado via ITESP ao MDA com parecer favorável do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) e do CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável). Mas a direção do MST e da CPT orientou que entrassem com o pedido de usucapião ordinário<sup>26</sup> antes

---

<sup>25</sup> O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é coordenado pelo MDA, por intermédio da Secretaria do Reordenamento Agrário, e possui o intuito de financiar imóvel rural para os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Inicialmente, o agricultor precisa estar cadastrado no NIS, ter seu pedido aprovado pelo CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) para, posteriormente, ser encaminhado para análise ao CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável). <http://www.mda.gov.br/>

<sup>26</sup> Tal processo é descrito no artigo 1.242 do Código Civil, no seu parágrafo único, qual será reconhecido proprietário de imóvel adquirido onerosamente, com base em registros cartorários, quem tiver nele tiverem estabelecido moradia, realizado investimentos de interesse social e econômico pelo período de cinco anos (BRASIL, 2002).

de efetuar o contrato da linha de crédito mediante as circunstâncias serem favoráveis à concessão do pedido.

No ano de 2016 completam cinco anos que estão no local, com declaração de posse mansa e pacífica numa área que, por circunstâncias ditas acima, é alvo legal de destinação para a Reforma Agrária. O estudo possui uma dimensão contraditória no processo de regularização fundiária, visto a mobilização partir dos agricultores, mediados por uma rede de atores que se empenham em auxiliar neste processo para ocupação de uma área adequada aos perfis para a reforma agrária, ou seja, com impostos federais em atraso e comprovada improdutividade por mais de vinte anos.

Um vereador do município esteve atrelado ao movimento prestando suporte jurídico por intermédio da Câmara de Vereadores e em sanções legais que pudessem auxiliar o movimento nas ocupações, como na conquista da Sala da Cidadania<sup>27</sup> pelo município aproximando as questões agrárias do poder público. Este processo foi importante para demonstração da causa dos agricultores familiares, cadastramento dos membros da família no NIS (Número de Identificação Social)<sup>28</sup> para habilitá-los em futuras políticas de reforma agrária e auxiliar na concessão da Declaração de Posse Mansa e Pacífica pela prefeitura municipal por intermédio da Secretaria da Assistência Social.

O posicionamento do vereador revela afinidade com os agricultores prevendo que a área antes obsoleta pudesse se tornar produtiva, posicionando-se desta maneira frente ao poder público local para que pudessem se beneficiar da posse mansa e pacífica emitida pela prefeitura local.

Além da representação junto à prefeitura, a atuação do vereador se fez valer na Câmara dos Vereadores para a concessão de orientação jurídica. O vereador pode ampliar sua base de eleitores principalmente entre os posseiros e familiares e fazer desta ação sua bandeira de governo.

Portanto, dentro da disputa de interesses e diante da necessidade em conseguir influências que pudessem facilitar na concessão de situações que beneficiem o grupo é necessário que este se utilize de estratégias que aproximem outros atores, visando

---

<sup>27</sup> Presta serviços para o INCRA e avalia informações sobre irregularidade nas ações de reforma agrária no município. Disponível em : <http://saladacidadania.incra.gov.br/>.

<sup>28</sup> É o número de cadastramento que habilita o cidadão brasileiro para se tornar beneficiário de Programas Sociais e em Políticas Públicas do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Fonte: Caixa Econômica Federal disponível em [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

práticas que possam conduzi-los a processos sociais que se tornem benéficos para as partes envolvidas.

Esse processo de disputa permeou o período de posse e se desenrola até os dias de hoje, principalmente pela expectativa da concessão de usucapião da propriedade ou se a mesma irá se efetivar por intermédio do PNCF.

Para Wagner; Gelhen; Schultz (2016), por mais que o grupo possa deter o direito reconhecido com base nas prerrogativas legais é necessário que ocorra um provimento de ações no meio social em questão para a materialização destas diretrizes. A legalidade não garante, por si só, a cidadania.

O processo se assemelha à chamada liberdade substantiva de Sen (2015), uma vez que a privação de direitos é superada por uma relação e conexão entre prerrogativas e provimentos, tornando-se ferramenta importante no desenvolvimento social dos grupos sociais.

Isto ocorre pelo conflito de interesses entre as partes envolvidas, no caso estudado, dos trabalhadores rurais posseiros e dos proprietários do imóvel rural, cada qual querendo fazer valer seus anseios. Sendo assim, o cenário aponta para uma “trama de tensões” conforme descreve Ferrante (1994) de maneira que por mais que as prerrogativas legais julguem válida a posição dos trabalhadores posseiros foi necessária uma disputa empenhada juntamente com outros atores para fazer valer seu posicionamento.

Cada ator nesta disputa se faz valer de suas influências e de interesses, de tal maneira que sua função se justifica se o ideal buscado condiz com a causa do grupo ao qual está ligado. Desta feita, na descrição dos atores na disputa pela terra do Figueira Branca foram elencados suas funções e desejos, mostrando que teriam vantagens com a posse da terra.

### **3.2 Cidadania, estrutura e produção**

Passados dois anos que estavam na área, três casas foram construídas com recursos próprios e em sistema de mutirão. Houve contratação de pedreiro, mas o trabalho coletivo dominou grande parte das ações já que houve muito trabalho para

buscar água no córrego para uso e num poço coletivo, além da ausência de betoneiras por falta de energia elétrica, misturando o concreto manualmente.

A construção das casas juntamente com a declaração de posse mansa e pacífica, foram importantes para a solicitação da energia elétrica aos lotes por intermédio do “Programa Luz para Todos”<sup>29</sup>. As casas de alvenaria simbolizaram o início da ocupação de área e legitimaram junto aos agricultores familiares vizinhos o ideal de que havia no local trabalhadores interessados em trabalhar e viver na terra. As moradias cobertas com lona sinalizam que o local pode ser a qualquer momento reintegrado e que as famílias ali presentes poderiam, a qualquer momento, se desfazer da propriedade por não terem condições de investirem e viver da terra.

Contam que este fato serviu para sedimentar o grupo, diante da desconfiança de alguns agricultores em construir casas correndo o risco de serem expulsos da terra e perderem o investimento. Juntamente com a energia elétrica veio a perfuração dos poços artesianos e o bombeamento elétrico da água para as lavouras e casas, além do escoamento do esgoto via fossas sépticas.

---

<sup>29</sup> O “Programa Luz para Todos” foi instituído em novembro de 2003 por intermédio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 com o objetivo de levar o acesso à energia elétrica gratuitamente para famílias no meio rural. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica em parceria com os governos estaduais. <https://www.mme.gov.br/luzparatodos>

Figura 3 – Casa do lote 1



Fonte: Elaborado pelo autor

Com isso, as moradias dos lotes e os meios de produção como aquisição de matrizes leiteiras e estufas foram inicialmente conquistados com verba própria. As casas construídas em esquemas de mutirão, com o auxílio dos agricultores do Figueira Branca e do Vitória, viabilizaram os recursos existentes, geralmente escassos, para que pudessem ser investidos em outras atividades produtivas.

Cabe destacar que os recursos financeiros utilizados para a construção destas benfeitorias foram próprios, não contaram nesta fase com quaisquer tipos de crédito para investimento principalmente pela condição de posseiros sem serem assistidos pelo INCRA ou ITESP. Critérios como experiência na agricultura e posse de meios de produção e/ou recursos financeiros foram utilizados na escolha dos agricultores para a formação do grupo e início do processo de ocupação da terra justamente por prever que não existiria ajuda financeira ou mesmo uma linha de crédito que pudesse financiar suas construções e produções.

Os esforços iniciais para a construção de moradias e dos meios de produção foram através de recursos próprios, sem se beneficiarem de políticas públicas que pudessem lhes auxiliar na construção de moradias ou mesmo aquisição de maquinários agrícolas. De início a situação na terra não permitia estes direitos, o processo de legalização e constituição da posse mansa pacífica, mantida pelo convívio pacífico com

agricultores vizinhos, atesta condições de uso e reconhecimento legal da terra habilitando-os para acessarem políticas públicas voltadas aos agricultores familiares.

Desta feita, os resultados se aproximam da discussão de cidadania proposta por Santos (2014), para quem a construção da identidade, do território de um grupo social se faz inclusive com acesso a serviços públicos que possam atribuir condições de reprodução com dignidade. No caso do Figueira Branca um grupo de agricultores sem terra vinculados a movimentos sociais e que detinham influências dentro do poder público para exigir e fazer valer seus direitos, almejando acesso a serviços que denotassem status de cidadãos contribuem com a sociedade na produção de alimentos, inclusive com a preocupação de diminuição no uso de agrotóxicos.

Atualmente a população é composta por 33 moradores divididos em 10 famílias e lotes. Das dez famílias que iniciaram o processo de ocupação, uma deixou o lote por desentendimento quanto à divisão dos lotes e outras três por intermédio de vendas.

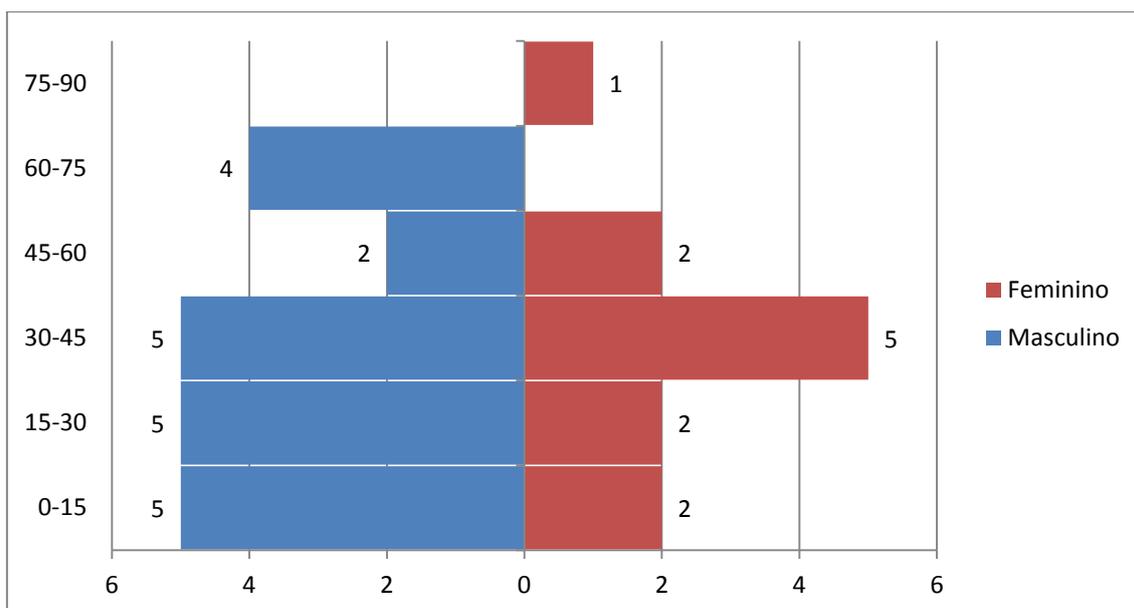
Destas três que venderam, uma fazia parte dos assentados que vieram do Mato Grosso retornando ao local, as outras eram de arrendatários que preferiram manter suas terras arrendadas e procurar outras com títulos de propriedade que apresentassem maior segurança para investirem, sem correr o risco de reintegração de posse.

No processo de aquisição de compra e venda dos lotes, além de manterem o lote produtivo o comprador pode vir a se tornar um aliado político pela influência que possa ter na sociedade local e regional, como forma de fortalecer a representatividade do grupo. O nome do comprador do lote deve passar pelo crivo do grupo, como forma de saber se terá condições de se manter produzindo, se não será destinada para área de lazer, se podem contribuir com o grupo no sentido de auxiliar nas tarefas comunitárias, ou seja, entender suas intenções para não permitir divergências que atrapalhem na regularização da área.

Abaixo serão descritos os aspectos demográficos destas famílias, focando na distribuição por faixa etária, por sexo e escolaridade. O gráfico 4 demonstra a constituição do grupo de posseiros com base no sexo e idade de cada agricultor, de maneira que 21 são do sexo masculino e 12 do feminino.

A maioria possui menos de 45 anos, sendo 15 homens e 9 mulheres, 4 entre 45 e 60 anos e 5 entre 60 e 75 anos. Portanto, é uma população que a maioria está na faixa etária economicamente ativa, participando diretamente do processo produtivo dos lotes.

Gráfico 4 – Distribuição da população por idade e sexo



*Fonte:* Elaborado pelo autor

O gráfico acima reflete um cenário demonstrativo que a faixa etária dos agricultores do Figueira Branca concentra-se entre 30 a 45 anos justamente pelo critério de seleção destes trabalhadores priorizarem agricultores capitalizados e com experiência no campo. Por mais que o desenho demográfico seja atualizado, passado por mudanças de agricultores em alguns lotes, cinco anos após a ocupação podemos dizer que os critérios de seleção do grupo orientam para o mesmo perfil de trabalhador.

Em relação à formação escolar temos uma configuração variada. Foi verificado um analfabeto funcional, apenas escreve seu nome, tratando-se de um homem idoso com 72 anos, e uma menina com quatro anos de idade que ainda não frequenta a escola.

Sete não completaram o ensino fundamental, sendo quatro jovens com menos de quinze anos que estão cursando, oito possuem o ensino fundamental completo. Quatro jovens com menos de 20 anos estão terminando o ensino médio, quatro adultos com idade entre 30 e 45 anos possuem o ensino médio incompleto e cinco concluíram, um adolescente de quinze anos está cursando ensino médio atrelado ao curso técnico de agronomia e duas mulheres possuem ensino superior.

Oito dos dez titulares dos lotes eram agricultores antes de se tornarem posseiros, sendo os outros dois titulares formados por uma professora e por um vigilante aposentado. Há de se ressaltar que todos tiveram contato com a agricultura ao longo de

suas vidas, mesmo a professora que viera de família cujos os pais foram arrendatários, tendo proximidade com o trabalho rural na infância e o vigilante que trabalhou quando criança com os pais nos cafezais da região nas décadas de 60 e 70.

Quatro arrendavam terras no município ou cidades da região e outras quatro famílias vieram de outros projetos de assentamento. Contam que entraram no movimento no final da década de 90, início de 2000, por conta do cadastramento efetuado pelo MST e CPT no município quando da implantação do assentamento Coqueirão no município de Guarantã-SP, limítrofe com Pirajuí-SP, próximo da propriedade que arrendavam.

Os posseiros estudados apresentam uma relação próxima com o trabalho na agricultura permeando sua trajetória de vida guiando seus horizontes e perspectivas. Portanto, ao analisarmos a escolaridade e a trajetória profissional destes posseiros vimos que a parcela da população ativa com mais de 30 anos possui baixa escolaridade, que se justifica pelo trabalho rural na fase de escolarização.

Como forma de apresentação da estrutura produtiva dos lotes cada um recebeu uma numeração que indica a sequência do lote nas entrevistas. Esta forma foi importante para a descrição do espaço, análise e comparação das categorias analíticas.

O lote de número 1 formado por um casal e filho, o adulto com 42 anos, ela com 38 e o filho com quinze, possuem uma estufa financiada, 15 matrizes para produção leiteira sendo seis financiadas, um touro, um curral, um caminhão e uma tulha. A estrutura diversificada deste lote exige a divisão do trabalho entre os membros da família.

Ao homem cabe o trato dos animais, preparo do solo e produção de frutas no campo, construções e reparos, entrega dos produtos, negociação com os fornecedores e compradores e assuntos bancários, já a mulher trabalha com o manejo das hortaliças, da estufa, dos animais domésticos e afazeres domésticos. O filho do casal mora numa cidade vizinha por conta dos estudos, vindo aos fins de semana ajudar os pais na lida com o gado leiteiro, na estufa, na colheita de outros produtos como frutas, hortaliças. Na época de colheita, encaixotamento e transporte do pimentão e do pepino produzidos nas estufas contratam mão-de-obra diarista, temporária.

O número 2 é formado por um casal, ele com 63 anos e ela com 59, e seus netos com 16 e 19 anos. Atualmente contam com três estufas todas financiadas e um curral que num passado recente possuíam vacas que, para fins de pagamento de empréstimos rurais, precisaram ser vendidas.

A divisão do trabalho sofreu alteração após a venda dos animais, anteriormente o homem era responsável pelo trato dos animais, plantio do capim-napier, coleta e entrega do leite, já sua esposa auxiliava na alimentação dos animais, fazia queijos. Os netos cuidavam das estufas, desde o preparo de solo, plantio, controle de pragas e coleta. Atualmente os netos continuam com o trabalho nas estufas, o avô auxilia com reparos, coordenando-os nas etapas da produção e auxiliando junto com sua esposa na época de colheita, encaixotando os produtos para o transporte até os compradores.

No lote 3 moram um homem de 56 anos com seu filho de 20 anos e um senhor de 74 anos, o qual não mantém laços consanguíneos com o titular do lote. Contam com duas estufas, uma financiada, quatro matrizes leiteiras financiadas e um caminhão utilizado para transporte de esterco adquirido nas granjas vizinhas.

A divisão do trabalho no lote consiste na atribuição dos afazeres domésticos e trato do gado leiteiro ao homem e seu filho, este trabalha no lote da madrugada até o amanhecer depois segue para o outro trabalho no supermercado, seu pai cuida da negociação com fornecedores e compradores, assuntos bancários e reparos. Pelo volume de trabalho que a produção do lote exige, frequentemente contrata mão-de-obra externa para auxiliar com as hortaliças, estufas, tanto no plantio, manejo e colheita, já o senhor cuida dos pequenos animais, pato e frango, tratando até o período de abate.

Seguindo, no lote 4 reside um homem de 62 anos que possui um curral e seis gados para corte, o qual adquire novilhos e novilhas dos criadores de matrizes bovinas dentro da própria área e de criadores vizinhos todos com recurso próprio, além da produção no campo de abobrinha, quiabo, alho, banana e mamão.

Este senhor cuida do plantio da cana-de-açúcar e capim-napier para o trato dos animais, da reprodução e engorda, da negociação dos animais, já o trabalho da produção agrícola no campo fica com seu genro e neto que moram numa propriedade rural próxima.

No quinto lote mora o líder e procurador do grupo juntamente com a esposa, ele com 44 e ela 41, a mãe do rapaz e os dois filhos do casal, um com 10 e outro de 17. Possui um trator, arado e grade, além de curral e mangueira, uma estufa financiada, quinze matrizes leiteiras quais dez são financiadas e uma caminhonete. As matrizes leiteiras estão divididas em outra área próxima que arrenda.

Além das tarefas de líder comunitário, o homem se dedica ao preparo da terra com o uso de equipamentos agrícolas, plantio e produção de hortaliças, plantio de capim-napier e preparo da alimentação das vacas leiteiras, abate e venda dos pequenos

animais, coleta e distribuição dos produtos, negociação com fornecedores e compradores, tanto da sua propriedade, quanto para a ASPRAVI, serviços bancários, já a sua esposa trata dos animais de pequeno porte, porcos, patos, frangos e peixes, retira leite e cuida dos afazeres domésticos. O filho mais velho do casal auxilia os pais nas tarefas sempre que solicitado, não tem função específica atua de acordo com a necessidade do momento.

A família do sexto lote é composta pelo casal, tendo 44 anos o homem e 42 a mulher e o filho de 14 anos e possuem três estufas financiadas. Por terem uma produção centrada nas estufas a divisão das tarefas se torna padronizada com o envolvimento de todos, sendo o pai responsável do preparo do solo, dos reparos e construções, a mulher pelos afazeres domésticos, hortas e produção de frutas para consumo próprio, trato com animais para consumo e, às vezes, venda como frango e porco.

Na época de colheita das estufas o serviço fica por conta de colher e encaixotar a produção para, posteriormente, serem entregues ao comprador. O filho se divide entre os estudos e ajudar no lote, geralmente auxiliando o pai.

No sétimo lote a família era composta por uma senhora de 53 anos, sua filha de 27 e seu marido de 32, além da filha do casal de 4 anos. Seus bens de capital são um trator, um arado, um curral, duas estufas financiadas e 12 gados de leite, sendo 8 financiadas. Por possuírem uma produção diversificada o trabalho acaba por ser bem definido, entretanto, sazonalmente ele muda de configuração, é o caso do período de colheita das estufas.

Ao homem, cabe o preparo com solo com o uso de máquinas agrícolas, plantio e preparo do alimento do gado leiteiro, cultivo nas estufas. Já as mulheres trabalham na colheita da estufa, na retirada do leite, trato dos pequenos animais, colheita de frutas e afazeres domésticos, além da administração do lote ficar por conta da senhora por ser a titular.

O oitavo lote é ocupado por um casal, ela com 39 anos e o rapaz com 42 e o filho dela com 13. Possuem duas estufas e estão pleiteando financiamento de mais uma que está paralisado por questões cadastrais, a divisão do trabalho consiste no manejo das estufas efetuadas pelo homem e pelo filho, a mulher trabalha como professora, nos afazeres domésticos, trato de animais domésticos e para consumo, além de trabalhar nas épocas de colheita das estufas.

No nono estão um casal, marido com 65 e a esposa com 60, estão há pouco mais de um ano no lote e ainda não possuem benfeitorias produtivas mas planejam o

financiamento de uma estufa. Como possuem produção no campo, até o momento de mandioca, o trabalho fica dividido do plantio à colheita e, em alguns casos, em descascar para entrega nos mercados locais.

Por fim, no décimo lote, a família é composta pelo marido de 44 anos, a esposa com 39 e os filhos com 17 e 15, e possuem 2 estufas financiadas juntamente com 10 vacas e um curral. Os filhos auxiliam o pai plantando e cultivando o alimento do gado, posteriormente preparando e alimentando as vacas, ao pai cabe a administração e plantio das estufas, produção no campo e retirada no leite. Já para a mulher ficam os afazeres domésticos, tratar e abater os pequenos animais, além da produção de hortaliças, queijos que serão consumidos pela família e, esporadicamente, vendidos, além do trabalho na colheita das estufas.

### **3.3 PRONAF e reconhecimento social**

Como marco está a aquisição da DAP por alguns posseiros, garantindo a participação no PAA, no PNAE, no PPAIS e para concessão de créditos pelo PRONAF, sendo reconhecidos pela comunidade e pelas instituições públicas como agricultores familiares, sendo-lhes garantido direitos anteriormente negados.

Posseiros usualmente excluídos dos trâmites da constituição de um assentamento a se apropriaram das perspectivas que se apresentaram a se tornarem sujeitos de direitos. Este processo de reconhecimento social foi discutido nesta dissertação, principalmente através do circuito de bloqueios e perspectivas que se faz presente no acesso ao Pronaf.

O acesso às políticas públicas de crédito e comercialização veio por intermédio da concessão da DAP e esta por sua vez foi conquistada após a declaração de posse mansa e pacífica, construção de infraestrutura nos lotes, de terem emitido notas fiscais referentes à produção nos lotes por mais de um ano. Entretanto, apesar de terem todos os pré-requisitos necessários à emissão da declaração foi necessário um envolvimento da rede de atores para fazer valer as prerrogativas do programa.

O acesso à DAP foi por intermédio da CATI localizada na casa da agricultura local, de início com dificuldades para reconhecimento do grupo de posseiros como agricultor frente à ausência de documentação que comprove o pleno domínio da área pelo grupo. Foi necessário envio de abaixo assinado de todos os integrantes à CATI Campinas, contato com deputados estaduais e envio de representantes do MST ao órgão

para que pudessem reconhecer a declaração de posse mansa e pacífica e, enfim, emitir a DAP 1.9.3.

Neste caso, os resultados corroboram novamente com Wagner; Gelhen; Schultz (2016) por descreverem uma situação de que existiam as prerrogativas para que pudessem acessar a DAP, todavia foi necessário ações de outros atores ligados à sua rede de relacionamentos para fazer valer seus direitos.

Com a DAP puderam acessar o crédito do PRONAF e políticas de comercialização como o PAA e o PNAE. Há que se destacar que a DAP que tiveram acesso é do tipo 1.9.3 (com produtividade entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil no último ano), ou seja, necessário que já tenham tido produtividade entre a faixa de valor para fazerem jus ao benefício. A única família que não possui a DAP é a do lote 9 por questões ligados à emissão do documento, não cadastrais.

Não temos precisão das datas de emissão destes documentos por lote, pois sua emissão é eletrônica e poucas famílias têm, em mãos, uma via que denote precisão do período. Fizemos uma projeção com base no histórico de conquistas ligadas à posse mansa e pacífica e à construção das infraestruturas, concluindo que as famílias passaram a acessar tais políticas a partir de meados de 2014.

A DAP simboliza o reconhecimento institucional do grupo como agricultores familiares, por seguir as diretrizes necessárias frente aos órgãos competentes em atribuir esta declaração. Entretanto, este reconhecimento social como agricultores não pode ser dado como único, visto que anteriormente à entrega das declarações houve, por parte de outros sujeitos sociais, este reconhecimento.

Como contrapartida, a DAP sinalizou entre os posseiros sentimentos de inclusão e pertencimento, pelo significado de reconhecimento como agricultor familiar que o documento atesta aos beneficiários. De sua posse, puderam participar de programas que lhes eram negados, vislumbrando, a partir do acesso às políticas públicas, melhoras na reprodução das famílias, caso da “poupança” advinda com o PAA.

A entrega da Declaração de Posse Mansa e Pacífica pelo poder local sem nenhuma objeção jurídica, a participação dos posseiros na associação de agricultores familiares, o relacionamento com outros agricultores na criação de uma rede de ajuda em torno da construção de moradia, transmissão de conhecimentos técnicos indicam que não apenas as instituições reconhecem o grupo, mas a rede de atores atribui ao grupo de posseiros, elementos de identificação como agricultores familiares.

O reconhecimento social institucional pode ser conquistado em diferentes estâncias do poder, justamente pelos estamentos existentes. O esforço exigido pode ser diferente em cada nível de poder bastando, para tanto, todo rearranjo nas estratégias do grupo juntamente com sua rede de atores.

De acordo com os resultados pudemos perceber que o panorama produtivo e de comercialização das famílias sofreram alterações após o acesso às políticas públicas. A principal modificação está na diversificação produtiva para atender às demandas das entidades conveniadas nos programas de comercialização e no uso de estufas para cultivo de olerícolas presente em oito dos dez lotes pesquisados, com exceção do posseiro do lote oito que adquiriu as estufas com recursos próprios, os posseiros dos lotes restantes financiaram suas estufas.

Quadro 3 – Bens de produção dos posseiros e origem dos recursos para aquisição

Bens de Produção	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9	Lote 10
Camionete					1(P)					
Caminhão	1 (P)									
Chorumeiro					1(P)					
Curral	1 (P)	1 (P)		1(P)	1(P)		1(P)			1(P)
Estufa	1 (F)	3 (F)	2 (1P/1F)		1(F)	3(F)	2(1P/ 1F)	2(P)		2(F)
Mangueiro					1(P)					
Matriz Bovina Leiteira	15 (9P/6 F)				15 (5P/10F)		12(4P /8F)			10(P)
Novilha				6(P)						
Trator					1(P)		1(P)			
Tulha	1 (P)									

Legendas: P (adquiridas com recursos próprios)

F (adquiridos por intermédio de financiamentos)

Fonte: Elaborado pelo autor

Um das causas desta modificação está no processo de financiamento dos meios de produção, na tendência de aprovação do crédito por parte das instituições financeiras

e das credenciadoras da DAP para certos produtos. A burocracia criada por estas instituições incita os agricultores que requerem crédito a se inclinarem em financiar e produzir produtos por estes indicados, justamente pela facilidade no acesso a licenças e outorgas necessárias ao crédito que estas instituições impõem regionalmente a alguns produtos.

Em conversa com os técnicos da CATI, corroborada por Capetti (2008), percebi que a tendência ao cultivo de olerícolas em ambiente protegido deu-se pela pequena área que necessita, cerca de 1000 m<sup>2</sup>, para a construção de uma estufa, pela produtividade alta, pela facilidade no manejo utilizando a mão-de-obra da família necessitando esporadicamente de trabalhador externo, aceitação no mercado e baixo investimento para a construção e custeio de produção, cerca de R\$ 20 mil para a construção da estufa com dez anos para pagamento e R\$ 12 mil para custeá-la em um ano.

O item, como demonstrou Capetti (2008) eleva a produtividade das olerícolas, por fatores como maior proteção do ambiente às intempéries da natureza, contra o ataque de pragas, ou outras técnicas como o uso de água utilizada nos tanques de criação de peixe.

Por mais que o crédito tenha introduzido estufas para produção de olerícolas, o observado nos lotes é que ainda existe produção de modo tradicional, com baixo uso de agrotóxicos na produção. Tal fator pode ser justificado pela dificuldade de acesso aos serviços de assistência técnica, principalmente por não estarem ligados ao INCRA ou ITESP precisam pagar pelo serviço ou procurar a Casa de Agricultura encontrando demora lentidão inibindo, muitas vezes, o acesso.

Os financiamentos citados foram efetuados através dos recursos do PRONAF, modalidades Mais Alimentos e Custeio, na instituição financeira responsável pela administração do crédito no município de Pirajuí-SP. Com exceção do casal do lote 9, todos possuem DAP e estão aptos a tomarem o recurso. No caso do casal do lote 9 a ausência da DAP se justifica pelo descredenciamento das CATI<sup>30</sup> para emitir o documento, prejudicando para acessarem outras políticas públicas como PAA e PNAE.

---

<sup>30</sup> A proibição da emissão deu-se pelo suposto esquema de fraude de desvio de verbas públicas por intermédio de adulteração de documentos de cooperativas que forneciam alimentos para a merenda escolar no Estado de São Paulo (TAVARES, 2016).

Estão requerendo financiamento para a construção de uma estufa por outra política de crédito rural, FEAP<sup>31</sup>, gerenciado pelo governo do Estado de São Paulo.

Diferentemente dos assentados que possuem linhas de crédito com condições mais favoráveis e propícias para iniciantes, PRONAF A, os posseiros tiveram que arcar inicialmente com os custos da produção e dos meios de produção, mantendo uma agenda produtiva acima de um ano para que comprovassem produtividade auferida compatível com as exigências da DAP 1.9.3 e, assim, acessarem as linhas de crédito supracitadas.

Os posseiros que financiaram seus bens de produção revelam as dificuldades que encontram para acessar e utilizar o crédito do PRONAF. A primeira dificuldade consiste no acesso à DAP, isto por não serem vinculados ao INCRA e por não terem acesso à assistência técnica que visita o assentamento para o cadastramento da declaração tendo que recorrer à casa da agricultura local enfrentando filas e lentidão.

A burocracia bancária, a exigência de garantia, questões cadastrais e a demora na liberação do crédito formam os principais empecilhos para a contratação do crédito rural do PRONAF apontado pelos posseiros. A exigência de “muito papel” inibe os anseios de buscar o financiamento, como revela o agricultor 1 que tem planos de construção de mais uma estufa, porém não gosta de ir ao banco pra levar a “papelada”, além do prazo pedido pelo banco não conciliar com seu planejamento de produção.

Como parte da estratégia em cumprir com estas exigências, o líder dos posseiros se especializou no crédito, nas suas exigências e como conseguir cumprir, servindo de consultor dos agricultores interessados em financiar sua produção.

O prazo compreendido entre o protocolo de entrega dos documentos na agência e a liberação do crédito é desejável que seja proporcional ao planejamento de produção para uma maior efetividade do crédito. Porém, o relatado é que, por vezes, a demora na liberação atrapalha o plantio na época certa, com melhores preços dos produtos, causando déficit na capacidade futura de pagamento do financiamento.

O cadastro do beneficiário do crédito não pode possuir restrições de inadimplência, precisa estar com o “nome limpo”. A posseira do lote 8 revela que deseja construir mais duas estufas com recursos do PRONAF, porém uma restrição gerada por

---

<sup>31</sup> FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista) é um fundo do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com a finalidade de financiar atividades agropecuárias para produtores rurais e pescadores, individuais ou por intermédio de associações e cooperativas. Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo disponível em [www.agricultura.sp.gov.br](http://www.agricultura.sp.gov.br).

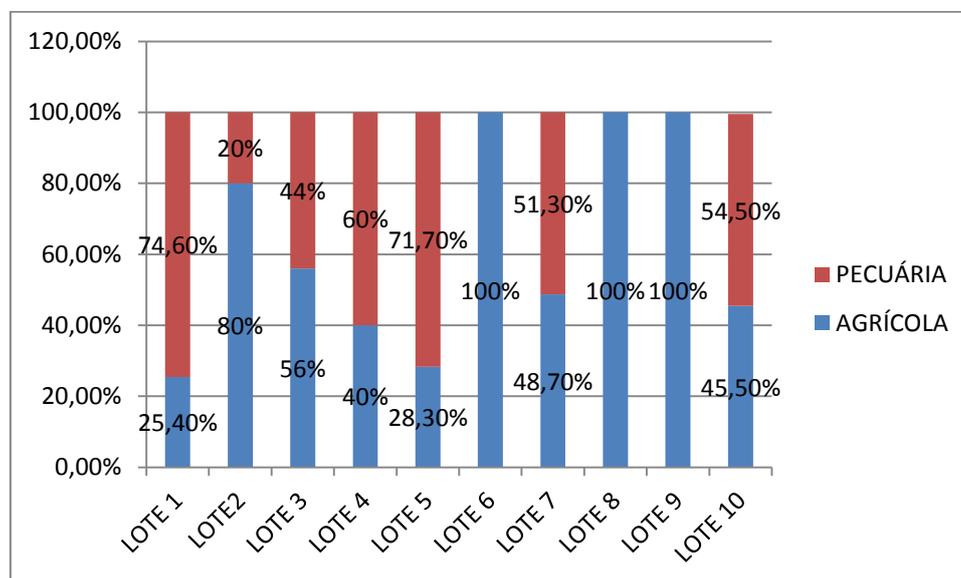
inadimplência junto a uma instituição financeira faz com que seus projetos sejam reprovados impedindo-a de acessar o crédito.

As exigências de garantia inibem o uso do crédito por causar constrangimento aos posseiros ao solicitar a um terceiro avaliar sua operação de crédito, como revela o assentado 5 “... o empréstimo causa medo na gente de perder as nossas coisas. Imagine perder o que foi conquistado?”. Bens móveis e imóveis podem ser hipotecados, penhorados ou alienados e, assim, evitar o avalista nas operações de crédito, entretanto muitos não possuem esses bens e têm de recorrer a terceiros para garantir seu crédito.

### 3.4 Técnicas produtivas, renda e políticas públicas de comercialização

A seguir o gráfico 5 demonstra a produção comercializável dos lotes, divididas entre a produção pecuária e a agrícola.

Gráfico 5 – Produção comercializável dos lotes



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos lotes 6, 8 e 9 a produção comercializável concentra-se toda na agrícola, no lote 9 a produção é de mandioca, quiabo e mamão comercializados nos mercados da cidade sem a participação em projetos do PAA por falta de cadastramento da DAP. Já

nos 6 e 8 a produção é voltada para olerícolas em estufas, como pepino, pimentão e tomate, comercializados através do CEASA.

Com exceção do posseiro do lote 9 todos estão inseridos em programas estatais para comercialização da sua produção agropecuária. Destes, nove estão inseridos nos projetos do PAA, 3 do PNAE e 2 do PPAIS.

Os programas exigem a cada projeto os produtos agropecuários que deverão ser entregues nos locais demarcados pela administração pública, contribuindo para a diversificação nos lotes. Portanto, nos lotes participantes dos programas é possível verificar produção de frutas como banana, mamão, acerola, além de legumes como mandioca, cenoura, quiabo, alho, abobrinha e hortaliças como alface, rúcula, couve e almeirão.

Cada programa possui um limite de valor que pode ser entregue nas instituições beneficiadas, abrindo precedentes para que a produção excedente possa ser consumida pelas famílias ou comercializada nos mercados locais. Assim, grande parte dos agricultores mantém produção para comercialização atrelando parte para a segurança alimentar da família.

Existe na região toda uma logística que impulsiona a produção de olerícolas em estufas, com o apoio da CATI, das subsidiadas do INCRA e ITESP destacando a produção de pepino, pimentão e tomate. O leite ainda mantém influência sob o grupo, com a produção em metade dos produtores como mostra o gráfico 5, entretanto o acesso ao PRONAF alterou a projeção inicial de uniformização da produção dos lotes acrescentando outros produtos comercializáveis no rol de produção.

A origem da renda das famílias concentra-se na produção do lote, aposentadoria por tempo de serviço rural ou outra profissão, caso do vigilante, além de salários advindos de outras ocupações. Seis famílias recebem aposentadoria e duas possuem membros que ocupam empregos assalariados na cidade, caso do filho de um posseiro de vinte anos que trabalha nas estufas da família até às 8 da manhã e depois segue para ser repositor num supermercado do município, além da professora que preenche suas horas vagas com trabalho no lote.

Abaixo segue um quadro demonstrando a origem das rendas famílias, dividindo as rendas em agropecuárias, oriunda da comercialização da produção nos lotes indicando se participam de algum programa de política pública de comercialização, e em renda não-agropecuária originada a partir de recebimento de

salários em trabalhos efetuados fora dos lotes, aposentadorias e de programas assistenciais.

Quadro 4 – Divisão da origem da renda por lote

<b>Lote</b>	<b>Produção Agropecuária</b>	<b>Produção Não Agropecuária</b>	<b>Participação em Programas de Comercialização</b>
1	100%	0%	(PAA, PNAE e PPAIS)
2	79,11%	20,89	(PAA)
3	84,30%	15,70%	(PAA, PNAE)
4	69%	31,00%	(PAA)
5	87,30%	12,70%	(PAA, PNAE e PPAIS)
6	100%	0%	(PAA)
7	93,60%	6,40%	(PAA)
8	77%	23%	(PAA)
9	41%	59%	_____
10	100%	0%	(PAA)

*Fonte:* Elaborado pelo autor.

Mediante as informações do quadro 4 podemos afirmar que a renda agropecuária é a maior em grande parte dos lotes, configurando como renda não-agropecuária principalmente as aposentadorias e salários de trabalho fora dos lotes. Como exceção à maioria dos resultados está o lote 9, no qual a renda não-agropecuária representada pela aposentadoria do casal morador figura como maior parte da renda da família.

Esta família é a única que não acessou políticas públicas de crédito para financiamento dos meios de produção e incentivo à comercialização, principalmente por não ter conseguido a DAP. Conforme gráfico 5 acima, a produção deste lote se concentra na agricultura com produção a campo, com produtividade e diversidade produtiva baixa refletindo-se na formação da renda familiar.

No quadro abaixo, segue a porcentagem que cada programa de política pública de comercialização representa na renda agropecuária de cada lote.

Quadro 5 – Porcentagem da renda agropecuária dos meios de comercialização

Lote	CEAGESP	Mercado local e Regional	Agroindústria (laticínio)	Políticas Públicas
1	16,00%	10%	55,50%	18,50%
2	69,00%	0%	20%	11%
3	33,90%	3,40%	40,70%	22%
4	24,40%	62,10%	0%	13,50%
5	6,80%	7,50%	64,30%	21,40%
6	93,30%	0%	0%	6,70%
7	45,10%	6,70%	43,40%	4,80%
8	86,60%	0%	0%	13,40%
9	0%	100%	0%	0%
10	36,30%	2%	54,50%	7,20%

*Fonte:* Elaborado pelo autor.

O quadro 5 apresenta o dado que a renda agropecuária das famílias é, em média, 10% oriunda de produtos para as políticas públicas de comercialização. As famílias mantêm estratégias de comercialização utilizadas anteriormente a se tornarem beneficiários das políticas institucionais, que possibilitou o aumento do número de canais de comercialização. Entretanto, após se tornarem aptos ocorreu uma diversificação na produção para que pudessem atender aos pedidos dos órgãos beneficiados.

As rendas obtidas com os programas das políticas de comercialização são encaradas como uma forma de poupança pelas famílias, principalmente o PAA<sup>32</sup>, que distribui parte do valor do projeto conforme os produtos são entregues e conferida a parte fiscal. No caso dos posseiros, a entrega e a parte fiscal são coordenadas pela ASPRAVI que distribui os valores recebidos conforme a produção entregue por cada família.

A comercialização dos produtos nesses programas se faz por intermédio das entregas nos locais indicados pelas políticas de comercialização como o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) local, nas escolas, penitenciárias e envio para a CONAB. Atualmente, a distribuição destes produtos é feita individualmente pelos

<sup>32</sup> No caso dos projetos firmados pela ASPRAVI, a comercialização é efetuada por meio da modalidade “Compra Direta”, coordenada pelo GGPA (Grupo Gestor do PAA) que define os produtos que serão adquiridos das famílias no total de R\$ 8.000,00 anuais por grupo familiar e R\$ 500.000,00 anuais por Organização Fornecedora, respeitando o limite por grupo familiar. Fonte: CONAB disponível em [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br).

produtores nos estabelecimentos do município, sendo levada anteriormente por meio de entregas coletivas dividindo custos entre os agricultores, porém este sistema foi abandonado por desavenças em relação ao horário de entrega, valores cobrados e quantidade carregada.

Para a entrega junto à CONAB e CEASA recorrem à fretes terceirizados, contratados por intermédio da ASPRAVI. Vivem a expectativa da chegada de um caminhão financiado junto ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II<sup>33</sup>, qual seria utilizado por agricultores associados junto a ASPRAVI<sup>34</sup> que manifestaram o interesse no veículo e se propuseram a fazer parte do financiamento.

Do Figueira Branca, três famílias (lotes 1, 3 e 5) estão inscritas no projeto que visa o financiamento do caminhão objetivando com esta aquisição facilidades no escoamento da produção, principalmente de olerícolas que seguem para o CEASA, além de produtos diversos como mandioca, frutas que seguem para o projeto da CONAB.

A aparência destes produtos exigida no mercado sugere a utilização de fertilizantes e defensivos químicos, principalmente as olerícolas como o pimentão. Porém, algumas técnicas são utilizadas como alternativas ao uso dos agrotóxicos visando à eficiência na produtividade e redução de custos.

Tais técnicas remetem à materialização do modo de produção destes trabalhadores revigorados da memória e transmitidos por gerações atrelando novas experiências adquiridas através de cursos ou pelo compartilhamento no próprio assentamento.

“Os agricultores são curiosos, quando vê algo de bom sendo usado quer saber para poder aplicar”, revela o assentado do lote 5 sobre a transmissão de técnicas produtivas. Um exemplo é a utilização da mamona moída e fermentada como adubo para fertilização das olerícolas nas estufas com sua dosagem e periodicidade utilizadas conforme experiências dos agricultores.

Outra técnica utilizada nos lotes 1 e 5 integra a piscicultura e a agricultura como alternativa ao uso de fertilizantes. Embasada no método do “Sisteminha” da Embrapa<sup>35</sup>, tal técnica consiste na utilização da água do tanque dos peixes para irrigar

---

<sup>33</sup> <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/>

<sup>34</sup> <http://www.pirajui.sp.gov.br/2016/05/31/agricultura-convenios/>

<sup>35</sup> O “Sisteminha” da Embrapa é uma técnica que envolve práticas alternativas para produção de alimentos voltadas à agricultura familiar, envolvendo integração entre pecuária e agricultura aproveitando os subprodutos de cada uma em prol da outra (BRASIL, Embrapa, 2013).

as olerícolas em estufas e a horticultura no campo com o objetivo de usar os dejetos do peixe como adubo, além de evitar o aparecimento de doenças na produção agrícola ao ponto do lote 5 ter tido a experiência de produzir horticultura sem agrotóxicos durante todo o ano de 2015.

Outro benefício é a utilização da carne do peixe na alimentação das famílias, como símbolo das relações sociais afetivas com outros agricultores familiares e com outras pessoas que convivem no espaço, isto por não comercializarem o peixe e o utilizarem nas refeições das reuniões com amigos ou mesmo como presente em forma de gratidão, configurando como relações de reciprocidade que permeiam a reprodução social.

Figura 4 – Lago usado para irrigação da produção



*Fonte:* Elaborado pelo autor.

A produção pecuária comercializável consiste, majoritariamente, na bovinocultura leiteira. A comercialização ocorre no próprio lote com o produto *in natura* ou como queijo, porém, principalmente pelo contrato com um laticínio da região.

O contrato com a agroindústria foi firmado através da ASPRAVI, que abrange pecuaristas da região não somente do assentamento. No ano de 2015 conseguiram junto à prefeitura um tanque de reservatório e resfriamento de leite em nome da ASPRAVI (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Vitória) instalado no Figueira

Branca, precisamente no lote 5, com a produção recolhida pelo caminhão do laticínio a cada dois dias.

O pagamento do leite é efetivado semanalmente diretamente à associação que divide o valor conforme a produção de cada pecuarista. Os posseiros dos lotes 1, 2, 3, 5, 7 e 10 entregam diariamente sua produção e, apesar da oscilação de preços, afirmam que o contrato com a agroindústria é útil por trazerem garantias financeiras aos pecuaristas.

Figura 5 – Tanque para resfriamento de leite



*Fonte:* Elaborada pelo autor.

Nos lotes 1 e 5, as famílias tiveram acesso a dez matrizes de ovinos e um carneiro através da CPT de Promissão-SP. O projeto desta pastoral consiste na entrega destes animais às famílias para que possam criá-los e recriá-los para consumo e comercialização do leite e da carne e, no prazo máximo de cinco anos, transferir a mesma quantidade de cabeças para outra família. Até o momento, estas famílias mantêm os animais tirando proveito das suas benesses preparando-se para cumprirem com o esperado pelo projeto.

A produção de suínos está presente nos lotes 5 e 7. Além da comercialização das matrizes e da carne do animal, o chorume produzido pelos dejetos dos animais é utilizado pelos assentados na produção agrícola. O material fica armazenado no

reservatório aberto ao lado da mangueira dos animais sendo transportado através de uma chorumeira, que retira da vala encaminhando até o local desejado.

Este material figura como mais uma alternativa desses trabalhadores aos fertilizantes químicos utilizados na produção agrícola, sendo importante na eficiência da produção e na redução de custos.

A criação de frangos e de patos nos lotes possui a finalidade de comercialização, mas, principalmente, para o consumo por ser um animal que ocupa pouco espaço, dispensa grandes cuidados, curto prazo para abate e baixo custo da aquisição. O valor para venda é maior quando comercializado como “frango caipira” criado no terreiro ciscando, quando comparado ao frango confinado, alimentado à base de ração.

O modo de criação dos frangos no lote 5 evidenciou uma transmissão de gerações do método produtivo que seus avós utilizavam, configurando como um elemento simbólico da tradição camponesa na qual foram inseridos estes trabalhadores. “Gosto de criar a galinha ciscando até crescer e, quando estiver boa pra matar, prendo ela uns quatro dias só com milho para dar uma ‘limpada’”.

Figura 6 – Criação de frango no lote 5



*Fonte:* Elaborado pelo autor.

Aos sábados, os homens se unem para auxiliar na mão-de-obra da construção ou reforma de alguma benfeitoria nos lotes. Esta cooperação existe desde os tempos de acampamento servindo para selar a sedimentação do grupo, para fortalecer a unidade dos posseiros e construção da identidade, já que neste dia o solicitante do serviço comunitário sela o fim do expediente com uma refeição comunitária entre os participantes do trabalho.

Aproveitando-se da presença da maioria, para este dia são marcadas reuniões do grupo para discussão das questões que abrangem o interesse da maioria. Neste ponto, os posseiros acreditam que as reuniões são positivas para a manutenção do grupo já que consolidam alguns pontos de interesse e expõem diferenças que podem ser ajustadas.

Este fator da integração do grupo e do uso do trabalho comunitário auxilia na condução da utilização do crédito rural do PRONAF, tendo em vista que na sua execução os serviços de mão-de-obra previstos nos projetos de investimento são economizados com o trabalho comunitário podendo o recurso ser utilizados de outra maneira.

As reuniões do grupo são efetuadas na casa do lote 5, líder da ocupação e atualmente presidente da ASPRAVI. Nestas reuniões são levantados assuntos que são de interesses do grupo do Figueira Branca como manutenção das estradas rurais, necessidade de auxílio em atividades que requerem o trabalho coletivo, fechamento de contratos e convênios para o grupo ou para a Associação.

As reuniões são quinzenais com a possibilidade de reuniões extraordinárias. Na divisão dos lotes foi prevista uma área comum que possa ser construído um barracão possa abrigar eventos sociais e atividades burocráticas como um centro contábil.

### **Considerações finais**

De início eram famílias que viam na posse da terra a esperança de melhores condições para a sua reprodução social e, após o processo de ocupação passaram a conquistar direitos como a água potável, saneamento básico, energia elétrica, crédito para investimento e custeio das produções, acesso a políticas de comercialização, além da localização dos lotes serem próxima da rodovia asfaltada que ligam aos locais de

entrega da produção e acesso aos serviços públicos como escolas, hospitais e rede bancária entram como complemento importante deste ciclo de cidadania.

Assim, podemos dizer que o grupo social estudado possuía um projeto de ocupação de área com base em informações privilegiadas que possibilitaram concluir que aquela área era propícia para uma ocupação. Escolhido o perfil das famílias, iniciaram o processo de ocupação fazendo valer a influência da rede de relacionamentos que consolidaram ao longo do processo de formação, acesso à infraestrutura, associação com agricultores da região e acesso a políticas públicas que permitiram o reconhecimento social do grupo.

Um dos critérios utilizados na seleção das famílias foi a experiência com a agricultura, se possuíam meios de produção e capacidade financeira de arcarem com a construção de infraestruturas e de iniciarem suas atividades produtivas. Muito dos recursos que possuíam eram de renda como agricultores arrendatários, de famílias assentadas por preverem que na situação de posseiros sem a regularização de posse da terra não teriam incentivos de crédito ou de comercialização.

O grupo em si revela um perfil de famílias que foram selecionadas pelos critérios do coordenador do núcleo urbano do MST que atuava na região. Sendo assim, os interesses iniciais eram homogêneos em torno da conquista da terra revelando o desejo do MST em conduzir estas famílias, como a CPT através da assessoria assistencial e jurídica.

Nesse sentido, a atuação do MST e da CPT foi preponderante na formação política destes indivíduos, principalmente por encararem as típicas situações que ocorrem ao longo da ocupação como a resistência e desconfiança dos agricultores vizinhos com medo de terem suas terras ocupadas.

Como resultado da sinergia entre estes atores, a luta pela posse da terra foi silenciosa, de bastidores, sem uso da violência, ao ponto de afirmarmos que houve um reconhecimento social da ação do grupo enquanto agricultores familiares, culminando na entrega pela prefeitura da declaração de posse mansa e pacífica para cada lote, atestando simbolicamente a não existência de objeções com relação à posse da área.

Apesar de algumas desavenças este grupo se fez presente no processo de posse da terra ocupando, construindo moradias e instalando infraestruturas com trabalho voluntário, fortalecendo a identidade materializada pela constituição do nome do grupo, que resgata elementos históricos do processo de ocupação e de posse. Como já dito, o

nome Figueira Branca veio em homenagem à árvore existente no local e que os abrigava do sol em dias de reunião.

No caso estudado, os posseiros revelaram que de início houve desconfiança dos vizinhos, porém o bom relacionamento e esclarecimentos sobre o projeto em ocupar somente aquela área, além da influência de políticos e prefeitura foram primordiais para que não houvesse objeções quanto à posse da área, sem prejudicar a concessão da posse mansa e pacífica da área, inclusive firmando parcerias através da ASPRAVI.

O poder municipal emitiu a Declaração de Posse Mansa e Pacífica que posteriormente serviu de mote para acessar outras políticas que simbolizaram o reconhecimento do grupo como agricultores, “Luz para Todos”, PRONAF, PAA, PNAE e PPAIS cada qual sob a égide de um poder específico, representado pelas instituições bastando o envolvimento do grupo com os variados atores conforme nos processos ditos acima.

A conquista da posse mansa e pacífica, a construção de moradias, a licença para a perfuração de poços artesianos, a construção de fossas sépticas, o acesso à energia elétrica vão se configurando em estruturas jurídicas e físicas propícias ao desenvolvimento do grupo. Neste caso, a construção da identidade, do território contou com a presença e ação de vários atores que contribuíram para a cidadania destes agricultores.

Trata-se, pois, de um caso concreto que vem demonstrar que a cidadania envolve luta por direitos, não podendo ser discutida somente a partir de tutelas e concessões. Este estudo de caso permitiu estabelecer alguns contrapontos à teoria e mostrou a necessidade de desenvolvimento e políticas públicas incorporarem elementos às vezes invisíveis de resistência, que muitas vezes são ocultados quando esta discussão vem dissociada de uma referência à luta e à trama de tensões que cercam a constituição da cidadania.

Ao acessar o crédito, os posseiros se depararam com dificuldades apontadas pelos autores na revisão bibliográfica deste trabalho exposta sinteticamente no quadro síntese. Dentre estas dificuldades estavam: cumprir com as exigências bancárias, tais como garantias e reciprocidade bancária; dificuldade em conciliar prazo de liberação do crédito com período de produção; falta de conhecimento para ter acesso à documentação necessária; e dificuldade de financiar equipamentos e/ou produção que não seja de crivo da instituição financeira.

As técnicas são transmitidas no interior dos lotes, entre os agricultores que mantêm conhecimento de gerações, além do convívio com outros agricultores facilitando a criação de uma rede de conhecimento acerca da produção e auxiliando na qualidade do produto. Quanto à comercialização, as estratégias são variadas, partindo desde a comercialização de pequenos animais no próprio local, como frango e pato, até a participação em políticas públicas.

Outro fator que contribui para este resultado foi a faixa etária dos indivíduos, a maioria está na faixa da população economicamente ativa, além da divisão social do trabalho incluir o trabalho da mulher e dos filhos, sendo a divisão do trabalho familiar importante para a organização do trabalho e planejamento da produção, diminuindo custos e aumentando a receita familiar.

Como resultado temos os dados, qual revelam que, com exceção do lote 9, todos os lotes têm, na produção agropecuária, a maior parte da renda, ou seja, as famílias concentram seus esforços na produção do lote pouco diversificando a forma da renda com trabalho fora do lote, ou seja, o sistema produtivo adotado foi capaz de absorver a mão-de-obra familiar e gerar a renda necessária ao seu sustento e reprodução.

Portanto, podemos auferir que o grupo estudado são posseiros que se beneficiaram da condição jurídica da terra, pela vacância hereditária, tornando-se reconhecidos como titulares da área pela demonstração de uso da terra como local de trabalho, acesso à cidadania e de produção de alimentos para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. *Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e Limites da Experiência Brasileira nos Anos 90*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília-DF, v.22, nº1, p.53-66, jan/abr 2005.

ALMEIDA, André M. *A política de Garantia de Preços – PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos*. Tese de Doutorado da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba-SP, 2014.

AQUINO, J.R. *Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica*. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre-RS. **ANAIS...** Brasília-DF: SOBER. V.1. p 1-21.

AQUINO, J.R.; SCHNEIDER, S. *(Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural*. Artigo apresentado na **I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a pobreza e a desigualdade**, realizada no período de 10 a 12 de Novembro de 2010, em Natal-RN.

BELIK, Walter. *PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa*. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. V.4, pág. 93-116.

BERGAMASCO, S.; NORDER, L.A.C. *O que são assentamentos rurais?*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BIANCHINI, Valter. *Vinte anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios*. Brasília, MDA, 2015.

BITTENCOURT, Gilson. *ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da agricultura familiar no Brasil*. 2003. 243p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

BORGES, J.L. *MST: do produtivismo à agroecologia*. Sociologia & Política I Seminário Nacional de Sociologia e Política UFPR, 2009.

**BRASIL.** Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996: Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>. Acesso em: 26 de Agosto de 2015.

**BRASIL.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: Institui o Código Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

**BRASIL.** Lei 10.831, de 23 de Dezembro de 2003: Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 01 set. 2016.

**BRASIL.** Decreto 5.297, de 6 de Dezembro de 2004: Dispõe sobre os coeficientes das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5297.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5297.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

**BRASIL.** Decreto nº 7.775, de 4 de Julho de 2012: Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de Julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de Outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm)>. Acesso em: 20 set. 2016.

**BRASIL.** BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF*. Julho 2015.

BRUNO, R. A. L.; DIAS, M. M. *As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil: Relatório de Consultoria*. Rio de Janeiro, Agosto de 2004.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, C. *Agricultura familiar e o Novo Mundo Rural*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p.312-347.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros M.; CAZELLA, Ademir A. *Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro*. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”, Ribeirão Preto-SP, 24 a 27 de Julho de 2005.

CAPETTI, Leonel. *Análise econômica da produção de pepino (Cucumis sativus) tipo alongamento em projeto de assentamento*. 102 folhas. Dissertação de Mestrado – UNESP. Botucatu-SP, Outubro de 2008.

CARNEIRO, M.J. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF*. **ESTUDOS: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Abril, vol.8, 70-82, 1997.

CARVALHO, S.; CARRIJO, E.L. *A produção do álcool: do Proálcool ao contexto atual*. **ANAIS XLV CONGRESSO DA SOBER**, Julho de 2007. Londrina – PR.

CHAGAS, M. F. *Colonos e/ou posseiros: o uso das diferenças na construção das identidades*. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 873-891, 2014.

CHAIA, Vera. *Santa Fé do Sul: a luta dos Arrendatários*. **Cadernos AEL**, n.7, 1997.

CONTAG. **6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Anais. Brasília, 1995.

COMPARATO, Bruno K. *A ação política do MST*. São Paulo em Perspectiva, 15 (4), 2001.

COSTA, S.A. *Diário de campo como dialética intersubjetiva*. In WHITAKER, Dulce (org.). **Sociologia Rural: questões metodológicas**. Presidente Venceslau-SP: Ed. Letras A Margem, 2002. P.151-158.

ESQUERDO, Vanilde F. S.; BERGAMASCO, Sônia M. P. P. *Análise sobre o acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP)*. **RERS**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-222, 2014.

ESTEVE, Carlos L.S. *Posseiros e Invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964)*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.36, nº 71, 2016.

FELICIANO, Carlos A. *A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. Coleção Território e Questão Agrária*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERRANTE, V.L.S.B. *Os herdeiros da modernização: grilhões e luas dos bóias-frias*. São Paulo em perspectiva, 8(3), 1994.

\_\_\_\_\_. *Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa INCRA/UNIARA. RETRATOS DE ASSENTAMENTOS*, v.15, n.1, 2012.

FURTADO, Celso. *BRASIL a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 3, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é questão agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

GRISA, C. *Políticas públicas para Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das idéias*. TESE – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2012.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. *Três gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e formas de interação entre Sociedade e Estado no Brasil*. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl.1, p. S125-S146, 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. *PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*. RER, Rio de Janeiro, vol.45, n° 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUIMARÃES, A.P. *Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963)*. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). **CAMPONESES BRASILEIROS: Leituras e interpretações clássicas (Volume 1)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. P. 45 – 56.

GUIMARÃES, L; INNOCÊNCIO, N. *A evolução da agricultura na Região Sudeste da década de 70*. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, ano 49, n.1, p.1 a 259, jan/mar 1987.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. *Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF*. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v.6, n°1, p. 255-270, 2016.

HESPANHOL, R.A. de M. *PRONAF INFRA-ESTRUTURA e SERVIÇOS MUNICIPAIS e Associações de Produtores em municípios selecionados da região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo*. **Informações econômicas**, SP, v.36, n.5, maio 2006.

JORGE, Wirley J.; SOUZA, José G. Os Programas Especiais de Financiamento como Instrumentos de Integração Sócio-Econômica em Assentamentos Rurais: As intenções e os Fatos. In: BERGAMASCO, S.; AUBREÉ, M.; FERRANTE, V. **DINÂMICAS FAMILIAR, PRODUTIVA E CULTURAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SÃO PAULO**. Campinas: Ed. BAE UNICAMP, 2003, págs. 187-212.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas? (1962)*. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). **CAMPONESES BRASILEIROS: Leituras e interpretações clássicas (Volume 1)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. P. 271 – 298.

KAGEYAMA, Ângela. *PRODUTIVIDADE E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR: efeitos do PRONAF-crédito*. Agric. São Paulo, São Paulo, 50(2): 1-13, 2003.

LAMARCHE, H (coord). *A agricultura familiar. Comparação internacional*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

MAGALHÃES, S.B. *Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará*. In **MARTINS, José de Souza(org.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. P. 247 – 294.

MARQUES, P.E.M. *Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF*. **Anais XVII Congresso da SOBER**, julho/2004. Cuiabá MT.

MARTINS, José de S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *O sujeito da reforma agrária*. In **MARTINS, José de Souza(org.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. P. 11-52.

MAURIEL, Ana P. O.; GODINHO, Natalia T. *O papel do Plano Brasil Sem Miséria na Política Governamental e no Orçamento Público Federal: a gestão da pobreza no governo Dilma Rousseff*. **ANAIS da VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Agosto de 2015. São Luís – MA.

MDA. *Manual do agente emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF*. Brasília, 2014.

MDA. *Plano Safra 2015/ 2016, Agricultura Familiar Alimentos Saudáveis para o Brasil*. 2015a. Disponível em <  
[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_383/Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%202015-2016.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%202015-2016.pdf)>. Acesso em: 02/11/2015.

MDA. *Declaração de Aptidão ao PRONAF*. 2015b. Disponível em <  
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>>. Acesso em: 02/11/2015.

MEDEIROS, Leonilde S. *Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. São Paulo em perspectiva*, 11(2), 1997.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R.; VARGAS, N. *Histórico e os limites reforma agrária na contemporaneidade brasileira*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.110, p. 213-240, abr/jun. 2012.

NEAD. *Jungmann divulga novo mundo rural: projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo*. 2002. Disponível em <  
<http://www.nead.gov.br/home/reformades40.htm>>. Acesso em: 23/10/2015.

NIEDERLE, Paulo A.; FIALHO, Marco A. V.; CONTERATO, Marcelo A. *A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades*. **RERS**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S009-0024, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. **Estudos Avançados** 15(43), 2001.

PEREIRA, Claviomar C. “Devo não nego, pago quando puder”: Entendendo a inadimplência no assentamento rural Casas Altas, Seropédica(RJ). 2005.163f. Dissertação Mestrado, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PERES, T.H.A. *Comunidade solidária: A proposta de um outro modelo para as políticas públicas*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v.5 n.1, jan-jun. 2005.

PICOLOTTO, Everton L. *Os atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil*. RSER, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 5º edição, 2000.

PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana R.; AMANCIO, Silvia M.; IPOLITO, Verônica K. *A Revolta dos Posseiros de 1957. História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

REZENDE, Gervásio C. *Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária(PROCERA): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia*. IPEA, Rio de Janeiro, Texto para discussão nº 648, maio de 1999.

ROSA, Sueli L. C. *Os desafios do PRONAF: os limites de sua implementação*. **RAÍZES**, ano XVII, nº 17, junho/98.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Ed. Edusp, 7º ed, 2º reimpressão. 2014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. in **SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcela Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p.21-50.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia de Bolso. 3° ed. 2015.

SILVA, M.A.M. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SILVA, Raimundo P.; ALY JÚNIOR, Osvaldo; LUCHINI, João D.; FERRANTE, Vera Lúcia S. *PRONAF e a produção familiar: a diversidade do tecido social na órbita do Estado*. **RETRATOS DE ASSENTAMENTO**, Araraquara-SP, v.18, n.2, p. 341-366, 2015.

SOUZA, Jessé. *Uma teoria crítica do reconhecimento*. LUNARUM Nº 50, 2000.

TAVARES, Bruno. **Agricultor denunciou esquema de fraude na merenda em SP a ministério.** Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/agricultor-denunciou-esquema-de-fraude-da-merenda-em-sp-ministerio.html> >. Acesso: 23 out.2016.

VERGES, N.M. *Financiamento do setor rural: Uma análise dos programas PROCERA e PRONAF e o casos dos assentamentos rurais do Pontal do Parapanema-SP*. AGRÁRIA, São Paulo, nº15, pp. 45-70, 2011.

WAGNER, Danielle; GEHLEN, Ivaldo; SCHULTZ, Glauco. *Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Cidadania: Conexões construídas a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. REDES, v.21, nº 3, p.121-145, set/dez. 2016.

WANDERLEY, Maria de N. B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu-MG. Outubro 1996.

\_\_\_\_\_. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*.  
Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

YASBEK, M.C. *O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras*.  
São Paulo em Perspectiva, 18(2): 110-112, 2004.

**ANEXO 1**Questionários para orientação nas entrevistas com técnicos responsáveis pela assistência nos assentamentos

1) Há quanto tempo você que atua junto do assentamento (Vitória ou Figueira Branca)? Sempre pelo IBS? Você acompanhou o processo de formação deste assentamento? Se sim, o que mais te chamou a atenção?

---

---

---

---

2) Você acompanhou ou coordenou a elaboração dos projetos de crédito? Como é que os assentados decidem o que vão investir na agricultura ou na pecuária? Foi com base em experiências anteriores ou existiu algum tipo de direcionamento da produção por parte dos atravessadores da CEASA, do técnico do banco ou mesmo dos técnicos da assistência técnica?

---

---

---

---

---

---

---

3) Quais os critérios que a assistência técnica utiliza para auxiliar na decisão do que produzir (e investir) durante a elaboração do projeto: mercado regional, as restrições do agente financeiro, o conhecimento anterior dos agricultores, ou outro critérios? Quais são as fontes que você usa para obter estas informações? Se existe, quais embasamentos são utilizados?

---

---

---

---

---

---

---

- 4) Como é prestada a assistência técnica? Dias, reuniões coletivas, visitas individuais, cursos palestras, a cada quanto retorna ao assentamento?

---

---

---

---

---

---

- 5) Existem incentivos para participação de políticas públicas, tais como PAA, PNAE, PPAIS e PRONAF? Quais são as resistências dos assentados?

---

---

---

---

---

---

- 6) Em relação ao PRONAF, quais são as maiores dificuldades de acesso por parte dos assentados? O fato de o assentamento não ser regularizado cria algum tipo de dificuldade de acesso, quais?

---

---

---

---

---

---

- 7) Diante de tais dificuldades, quais atitudes entendem que tomam ou tomaram para acessar e utilizar o crédito?

---

---

---

---

---

---

**ANEXO 2**

Questionário com perfil de entrevista

Assentamento:

Número do Lote:

Data:



### CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO

<b>NOME</b>	<b>PARENTESCO COM O TITULAR DO LOTE</b>	<b>IDADE</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>ESCOLARIZAÇÃO</b>	<b>ESTUDA</b>	<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>	<b>POSSUI OUTRA OCUPAÇÃO</b>

Qual a origem da família? Eram assentadas? Qual a profissão antiga? Possui experiência na agricultura?

---



---



---



---



Recebeu algum recurso governamental para construção ou reforma da moradia? Se sim, qual origem?

---

---

---

**Equipamentos/Benfeitorias (Bens de Capital)**

**\* Registrar as quantidades informando a modalidade (bem coletivo ou individual;**

**\*\* Registrar “próprio” ou a modalidade de financiamento (Pronaf, FEAP, outros);**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade/Área*</b>	<b>Financiamento**</b>
Trator		
Arado		
Grade		
Semeador		
Tanque Pulverizador		
Outros implementos		
Cerca		
Curral/Mangueiro/Piquete		
Poço Profundo(Ou semi)		
Irrigação		
Moto Serra		
Pulverizador Costal		
Plantador Manual(Matraca)		
Estufa		
Equinos/Muares		
Gado de Corte		
Gado de Leite		

Resfriador de Leite		
Caminhão/Camionete		
Outro Veículo		
Tulha/Depósito		
Outros		

Se financiados, houve dificuldades para a obtenção do crédito?

---

---

---

---

Suas condições de moradia e de trabalho melhoraram depois que você passou a morar no assentamento?

---

---

Se sim, quais condicionantes você atribui para a melhora?

---

---

---

**Origem da renda da família assentada( pode selecionar mais de uma):**

- ( ) Só produção do lote
- ( ) Produção no lote e aposentadoria
- ( ) Produção no lote, aposentadoria e salário
- ( ) Somente aposentadoria
- ( ) Aposentadoria e salário
- ( ) Somente salário
- ( ) Outros rendimentos\_\_\_\_\_

Bolsa Família

**Culturas permanentes**

**\* P – se já estiver produzindo, I – se estiver em implantação;**

**\*\* Pouco, significativa ou muito;**

<b>Tipo</b>	<b>Área (Ha)</b>	<b>Produção *</b>	<b>Financiamento (Indicar a linha de crédito utilizada)</b>	<b>Renda R\$ (últimos 12 meses)</b>	<b>Representação da Renda sobre o total da família</b>
<b>Café</b>					
<b>Eucalipto(ou outra madeira)</b>					
<b>Fruticultura</b>					
<b>Outros</b>					

Se financiados, houve dificuldades para a obtenção do crédito?

---



---



---

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMERCIAL DE CURTA DURAÇÃO (ANO SAFRA 2014/2015)**

**\* Caso contabilizado em outra medida registrar no quadro;**

**\*\* Caso seja o primeiro cultivo, registrar como zero;**

**\*\*\* Caso negativo indicar “N”, caso positivo indicar “S” e o nome da agroindústria;**

**\*\*\*\* Se não financiada indicar “N”, caso financiada indicar “S” e a linha de crédito;**

<b>Tipo</b>	<b>Área (Ha)*</b>	<b>Regularidade (Em ano) **</b>	<b>Contrato/ parceria com agroindústria***</b>	<b>Financiamento****</b>	<b>Renda líquida obtida no último Ano Safra</b>	<b>% em relação à renda total do lote</b>
<b>Milho</b>						
<b>Mandioca</b>						
<b>Hortaliças</b>						
<b>Olericultura</b>						
<b>Fruticultura</b>						
<b>Outras</b>						

Se financiados, houve dificuldades para a obtenção do crédito?

---



---



---



---



---



---

A venda da sua produção se destina a algum programa estatal? Qual(is)?

---

---

---

---

Sua produção se destina para alguma associação? Se sim, qual(is)?

---

---

---

---

Se sim, qual a porcentagem da sua produção que vende através da Associação?

---

---

---

---

Todos os membros da família trabalham na produção?

---

---

---

---

**PRODUÇÃO ANIMAL**

\* Se não financiada indicar “N”, caso financiada indicar “S” e a linha de crédito;

\*\* Indicar a medida utilizada;

<b>TIPO</b>	<b>QUANTIDADE (POR CABEÇAS)</b>	<b>DESTINO DA PRODUÇÃO: 1 – VENDA DAS RÊS; 2 – VENDA DOS SUBPRODUT OS; 3 – AUTOCONSU MO;</b>	<b>TIPO DA VENDA: 1 – CONTRATO COM AGROINDÚSTRI A; 2 – ATRAVESSADOR; 3 – MERCADO LOCAL</b>	<b>FINANCIADA *</b>	<b>QUANTIDA DE VENDIDA (ULTIMO ANO SAFRA) **</b>	<b>RENDA LÍQUID A OBTIDA NO ÚLTIMO ANO SAFRA</b>	<b>% DA RENDA OBTIDA NO ÚLTIMO ANO SAFRA EM RELAÇÃ O AO TOTAL OBTIDO</b>
<b>BOVINOS CORTE</b>							
<b>BOVINOS LEITE</b>							
<b>AVES CORTE</b>							
<b>AVES POSTURA</b>							
<b>SÚINOS</b>							

<b>CAPRINO S</b>							
<b>OVINOS</b>							
<b>OUTROS</b>							

Se financiados, houve dificuldades para a obtenção do crédito?

---

---

---

---

---

---

---

A venda da sua produção se destina a algum programa estatal? Qual(is)?

---

---

Sua produção se destina para alguma associação? Se sim, qual(is)?

---

---

Se sim, qual a porcentagem da sua produção que vende através da Associação?

---

---

---

---

Todos os membros da família trabalham na produção?

---

---

---

---

### **SOCIABILIDADE E POLÍTICA**

Como a família participou do processo de assentamento?

acampamento com ocupações

somente acampou; não participou das ocupações

cadastrou-se no ITESP/INCRA e foi chamado

outra forma: \_\_\_\_\_

A família está no projeto de assentamento desde o início da luta por esta terra e implantação do assentamento?

Sim

Não

Se não, instaurou-se no assentamento por qual meio?

( ) Veio de outro projeto de assentamento

( ) Comprou

( ) Outra forma \_\_\_\_\_

Atualmente, é participante de alguma dessas organizações? (Podendo assinalar mais de uma)

( ) MST

( ) Sindicato - qual? \_\_\_\_\_

( ) Pastoral da Terra

( ) outras pastorais da Igreja Católica – qual? \_\_\_\_\_

( ) MAST

( ) Partido Político – qual? \_\_\_\_\_

( ) Associação de Produtores – qual? \_\_\_\_\_

( ) Cooperativa – qual? \_\_\_\_\_

Possui boa relação com vizinhos e/ou outros assentados?

( ) SIM

( ) NÃO

Existe ajuda mútua entre os assentados? Tais como troca de alimentos, sementes, ferramentas, serviços?

---

---

---

Participa das reuniões que acontecem no assentamento? Cite algumas e a importância que atribui aos eventos?

---

---

---

---

---

---

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

Recebe alguma assistência técnica? Tal como dos fornecedores de insumos, INCRA, ITESP, ?

---

---

---

---

---

Você teve dificuldade em pagar seus empréstimos? Quais? Qual(is) fator(es) você atribui a essas dificuldades?

---

---

---

---

Quais pontos positivos e negativos atribui ao crédito rural?-

---

---

---

---

Teve que alterar alguma condição da proposta do empréstimo que requereu para cumprir com as exigências do banco ou de alguma outra instituição?

---

---

---

---

---

Teve problemas com prazo na liberação do crédito? Saiu a tempo da produção?

---

---

---

---

## **SUCCESSÃO FAMILIAR**

Qual a perspectiva de continuidade no assentamento que você atribui aos jovens?

---

---

---

---

Algum filho acessou, ou acessa, algum programa de qualificação educacional oferecido pelo Estado? Tal como o PRONERA, PRONATEC, PROUNI?

---

---

---

Você já teve algum filho que se evadiu do assentamento? Se sim, qual(is) fator(es) atribui a esta decisão?( Pergunta será feita aos pais de jovens)

---

---

---

---

## ANEXO 3

Quadro 2 – Linhas de Crédito do PRONAF ano safra 2015-2016

LINHAS DE CRÉDITO	DE	PÚBLICO-ALVO	ITENS FINANCIÁVEIS	TETO	TAXA DE JUROS (ao ano)	PRAZO
<b>Custeio Agricultura Familiar</b>		Agricultores com renda até R\$ 360 mil, com exceção dos descritos na DAP 1.9.1	As principais despesas relacionadas com uma cultura ou criação. Os valores liberados variam conforme o produto e a área, ou quantidade de matrizes, financiadas.	- Até R\$10 mil - Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil - Acima de R\$ 30 mil até R\$ 100 mil	- 2,5% - 4,5% - 5,5%	- Até 3 anos para açafão e palmeira real; - Até 2 anos para culturas bianuais e aquicultura - Até 1 ano para demais culturas e atividades pecuárias;
<b>Custeio PRONAF A/C</b>		Beneficiários da DAP 1.9.1 e egressos do PROCERA	Custeio das atividades agropecuárias	- Até R\$ 7,5 mil (no máximo 3 operações)	- 1,5%	- Até 2 anos;
<b>PRONAF A</b>		Agricultores descritos na DAP 1.9.1, beneficiários do PNRA e do PNCF	Estruturação dos lotes	- Até R\$ 25 mil (até três operações) - Até R\$ 26,5 mil (incluindo R\$ 1,5 mil do ATER)	0,5%	- Até 10 anos, incluindo o carência de até 3 anos;
<b>PRONAF B</b>		Agricultores descritos na DAP 1.9.2	Investimentos em atividades agropecuárias e não agropecuárias	- Até R\$ 2,5 mil (podendo chegar em R\$ 4mil quando utilizar a metodologia do PNMPO)	- 0,5%	- Até 2 anos;
<b>MAIS ALIMENTOS</b>		Agricultores descritos na DAP 1.9.3	- Investimento para atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras	Individual: - Até R\$ 10 mil - Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil - Acima de R\$ 30 mil até R\$ 150 mil ou R\$ 300 mil (para	- 2,5% - 4,5% - 5,5%	- 10 anos (com até 3 de carência) ; - 5 anos para caminho netes de

			suinocultores, avicultores e fruticultores) Coletivo: - Até R\$ 750 mil	- 5,5%	carga (com até 1 ano de carência)
<b>PRONAF AGROINDUSTRIA</b>	Agricultores descritos na DAP 1.9.3 e pessoas jurídicas descritas nas DAP's 3.2 e 3.3	Investimentos em atividades que agrega renda à produção e serviços aos agricultores familiares beneficiários do PRONAF	- Individual até R\$ 150 mil; - Empreendimento Familiar Rural – EFR até R\$ 300 mil com R\$ 150 mil por sócio - Cooperativa até R\$ 35 milhões, sendo R\$ 45 mil por cooperado	- 2,5% nas operações até R\$ 10 mil individual e até R\$ 1 milhão para cooperativas - 5,5% individual e EFR acima de R\$ 10 mil, acima de R\$ 1 milhão até R\$ 35 milhões para cooperativas	- 10 anos (até 3 anos de carência); - 5 anos para caminhos de carga(até 1 de carência);
<b>PRONAF FLORESTA</b>	Todos agricultores beneficiários do PRONAF	Implantação de projetos de SAF, exploração extrativista ecologicamente sustentável;	- R\$ 15 mil para beneficiários das linhas “A”, “A/C” e “B”; - R\$ 35 mil para SAF; - R\$ 25 mil demais finalidades;	2,5%	- SAF até 20 anos (com até 12 de carência); - Demais até 12 anos (com até 8 de carência);
<b>PRONAF SEMI-ÁRIDO</b>	Todos os agricultores beneficiários localizados na região do semi-árido	Investimento em infraestrutura hídrica(50% valor) e demais estrutura da produção agropecuária	- Até R\$ 18 mil	2,5%	Até 10 anos, incluindo o 3 anos de carência podendo ser ampliado para 5 dependendo do projeto técnico;
<b>PRONAF MULHER</b>	Mulheres agricultoras	Investimento para atividades agropecuárias,	Grupos “A”, “A/C” e “B”: - R\$ 2,5 mil	- 0,5%	Até 10 anos incluindo

		turismo rural, artesanato	(R\$4 mil quando aplicados com PNMPO); Beneficiários DAP 1.9.3: - R\$ 10 mil; - Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil; - Acima de R\$ 30 mil até R\$ 150 mil;	- 2,5% - 4,5% - 5,5%	o 3 de carência
<b>PRONAF JOVEM</b>	Jovens agricultores familiares maiores de 16 e menores de 29 anos	Investimentos para atividades agropecuárias, artesanatos e turismo rural	- Até R\$ 15 mil	2,5%	Até 10 anos incluindo o 3 de carência podendo estender para 5 dependendo do projeto técnico
<b>PRONAF AGROECOLOGIA</b>	Todos agricultores beneficiários do programa	Investimento para implantação de sistemas de produção agroecológica e/ou orgânico	Até R\$ 150 mil	2,5%	Até 10 anos incluindo o 3 de carência podendo estender para 5 dependendo do projeto técnico
<b>PRONAF ECO SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	Agricultores beneficiários do programa	Investimentos que contemplem: - Mini usinas de combustíveis; - Hidroenergia; - Silvicultura; - Conservação, correção e recuperação dos solos; - Dendê; - Seringueira;	- Até R\$ 150 mil;  - R\$ 80 mil	5,5%	- Até 20 anos para florestas incluindo o 12 de carência; - Demais até 14 anos com até 8 de carência
<b>PRONAF Produtivo Orientado</b>	Agricultores com empreendimentos localizado nas regiões de atuação do FNE, FCO e FNO	Investimentos conjugados com assistências técnicas para: - inovação tecnológica; - sistemas agroflorestais; - convivência com o bioma;	- Mínimo de R\$ 18 mil e máximo de R\$ 40 mil;	4,5%	Até 10 anos incluindo o 3 de carência;

		- sistemas de base agroecológica ou orgânica;			
--	--	-----------------------------------------------	--	--	--

*Fonte:* Elaborado pelo autor a partir de BRASIL,MDA, 2016.